

4. O Acervo do Museu da Liturgia

O acervo do Museu da Liturgia e suas conexões históricas: fazer artístico, cultura religiosa e sociedade

A proposta desta seção é analisar o acervo do Museu da Liturgia em função de suas múltiplas ligações históricas: as formas do fazer artístico ao longo dos séculos XVIII e XIX e as práticas religiosas no período colonial, tendo por fundo a sociedade mineradora que se formou em Minas Gerais durante o período e seus desdobramentos posteriores.

Inicialmente, são analisados os objetos confeccionados em prata, por se tratar do conjunto maior, que responde por cerca de 32% (num universo de 352 peças) dos objetos que compõem o acervo do Museu da Liturgia.

Neste item, o maior destaque é dado às peças utilizadas como acessório da imaginária, ou seja, coroas, resplendores, diademas e os atributos (cruzes, espadas, emblemas etc.). São, de forma geral, objetos de pequeno porte, elaborados de forma simples e ao gosto de cunho popular, que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, vinham sendo produzidos – e por vezes reparados – por ourives locais. Muitos desses ourives, aliás, exerceram seu trabalho de maneira clandestina durante o período colonial, devido à proibição que a Coroa Portuguesa impôs ao ofício de ourivesaria no território das minas.

Ressalte-se, no entanto, que, ao longo do período, a volumosa produção de imagens de santos nas vilas e arraiais mineiros implicou uma forte demanda por oficiais da prata para confecção e constantes reparos dessas peças, mesmo com as restrições impostas.

Por outro lado, os objetos relacionados à liturgia da Igreja se inserem em outra categoria. Nesse grupo, incluem-se os chamados *vasos sagrados* – os cálices com suas patenas, âmbulas, púlcros, píxides, galhetas e custódias –, além dos turíbulos, calderinha de água benta e as navetas. Completam o grupo as cruzes e lanternas processionais, a sacra, as varas de juízes e do pálio, relicário e as banquetas de altar compostas de castiçais e crucifixos. São objetos de confecção mais elaborada, geralmente cinzelados ao gosto da época em que são faturados, que demandava uma especialização que somente as oficinas de ourivesaria mais preparadas, localizadas em grandes centros, podiam oferecer. Além do mais, esse tipo de trabalho tinha exigências maiores e não era dado a qualquer ourives, sendo proibido o exercício do ofício, no que tange à produção de objetos destinados exclusivamente ao culto divino, por ourives com ascendência judia, muçulmana, mulata ou negra. Por conta disto, uma grande parcela desses objetos era importada diretamente de Portugal, geralmente de Lisboa e da cidade do Porto, os grandes centros da prataria nos séculos XVII, XVIII e XIX. Alguns, talvez, eram provenientes do Rio de Janeiro, que, no século XVIII, atraiu um grande contingente de ourives reinóis, chegando a ser contabilizado na cidade, em meados do setecentos, aproximadamente 400 profissionais.

No período colonial mineiro, como mencionado anteriormente, os encargos de obras sacras ficaram sob responsabilidade das associações religiosas compostas por leigos – as Ordens Terceiras, as irmandades e as arquiconfrarias –, que vieram a se instalar praticamente em todas as vilas e arraiais, alojadas nas igrejas paroquiais ou em seus próprios templos.

No caso específico de Tiradentes, em sua igreja paroquial, devotada a Santo Antônio, e de onde foi selecionada a maioria dos objetos para composição do acervo do Museu da Liturgia, encontram-se alojadas em seus altares, tanto no principal como nos laterais, as irmandades do Santíssimo Sacramento (c. 1710), do Senhor dos Passos (1721), de São Miguel e Almas (1724), do Bom Jesus do Descendimento da Cruz (1730), da Caridade de Nossa Senhora da Piedade (1747) e de Nossa Senhora das Dores (1802), bem como a Confraria do Terço (17--?).

A Irmandade do Santíssimo Sacramento, cuja origem remete aos primórdios da antiga Vila de São José del-Rei, assume desde já uma função primordial para a comunidade, não só por ser responsável, como a principal *fabriqueira* da igreja, pela construção e manutenção do edifício, como também, no campo espiritual, pela promoção do culto da Eucaristia, que recebeu uma especial atenção no período barroco. Por conta disso, cabia especialmente a essa irmandade zelar pelo retábulo-mor, foco principal das atenções dos fiéis na ocasião da missa, provendo-o e decorando-o com os elementos essenciais ao culto divino.

Essa importância é perceptível na procedência de muitas das peças de prata selecionadas, cuja encomenda ficou a cargo direto da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Na documentação existente e relativa a essa irmandade (livros de inventário, receita e despesa e recibos), foram encontrados inúmeros registros de pagamentos efetuados para confecção e aquisição dessas peças – alguns registros, inclusive, relacionados com os objetos selecionados para o acervo do Museu.

Constatou-se, por exemplo, que o exuberante par de lanternas²⁰⁹ em um barroco profuso, de gosto seiscentista, mesclando elementos decorativos com simbólicos, encontra-se já mencionado em inventários de 1728 em diante e, que, em anos posteriores, há sucessivos pagamentos efetuados a ourives locais contratados para fazerem reparos nas lanternas – cujo uso processional sempre acarretava avarias nas peças. Na despesa de 1740 para 1741, por exemplo, há um pagamento de 2 oitavas e ¼ ao ourives Antônio Veloso pelo conserto de uma lanterna.²¹⁰ Pelos inventários mais antigos, sabe-se que eram originalmente quatro lanternas, reduzidas atualmente a um par.²¹¹

O mesmo pode ser verificado para outros objetos confeccionados para a irmandade: três cruces processionais,²¹² as duas primeiras em prata lavrada ao gosto de um barroco seiscentista, que já aparecem arroladas em inventários antigos, e a última em gosto rococó, com as marcas de contraste e “CID” de ourives não identificado do Rio de Janeiro; banquetas de castiçais em prata lavrada ao gosto rococó, confeccionadas no Rio de Janeiro em meados do século XVIII; e dois crucifixos de banquetas,²¹³ um feito no Rio de Janeiro, por volta de 1734, pelo ourives M. de Carvalho Ferreira – apesar de a peça apresentar uma marca “AF” de ourives do Rio de Janeiro não

²⁰⁹ N° 93.108.405 e n° 93.108.406 no Inventário do IPHAN.

²¹⁰ Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei. Livro de receita e despesa da Irmandade do Santíssimo – 1736-1861, folha 41 v.

²¹¹ Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei. Livro de inventário da Irmandade do Santíssimo Sacramento – 1727-1856.

²¹² N° 93.108.399, n° 93.108.400 e n° 93.108.402.

²¹³ N° 93.108.372 e n° 93.108.373.

identificado²¹⁴ –, e o outro de fatura portuguesa com as marcas do contraste e “VE” de ourives não identificado de Lisboa.

Menciona-se ainda uma custódia,²¹⁵ com marcas de contraste e “AM” de ourives não identificado de Lisboa, atuante no primeiro quartel do século XVIII; um turíbulo²¹⁶ da primeira metade do século XVIII; uma calderinha de água benta²¹⁷ com marcas de contraste e ourives não identificado do Rio de Janeiro; um gomil e bacia de gosto rococó, feitos no Rio de Janeiro pelo ourives Francisco Vilaça, entre 1757 e 1758; um relicário e uma vara de irmandade²¹⁸ que pertenceram à Irmandade de São João Evangelista, a última com as marcas de contraste e “CB” de ourives não identificado do Rio de Janeiro; varas de pálio que constam de inventários antigos, constando ainda de um registro de um pagamento efetuado ao ourives José Rodrigues por fazer “as varas do Pálio novo”, entre os anos de 1753 e 1754;²¹⁹ duas navetas com decoração barroca de gosto seiscentista,²²⁰ a última com marcas de contraste e “FJC” de prateiro não identificado do Rio de Janeiro; um cálice e púcaro com decoração barroca,²²¹ e galhetas²²² com marcas de contraste e “HSC” de ourives não identificado do Rio de Janeiro.

Por fim, relaciona-se ainda um turíbulo (nº 93.108.411) e uma custódia dourada (nº 93.108.379)²²³ que pertenceram à antiga capela de Bom Despacho do Córrego, mas que foram incorporadas ao acervo da Matriz há bastante tempo, como se deduz dos inventários antigos da irmandade do Santíssimo; o turíbulo, aliás, tem marcas de contraste e de ourives não identificado do Rio de Janeiro, da primeira metade do século XVIII, e a inscrição: “Franco da Cunha do Corgoº deo no anno de 1746”.

Há ainda que se mencionar as demais peças de prata que foram custeadas pelas outras irmandades que se encontravam alojadas no interior da Igreja Matriz e que, dentro de suas possibilidades financeiras, também cooperaram na construção, manutenção e decoração do templo e, igualmente, procuraram adquirir, ao longo dos séculos, os objetos para serem utilizados em ocasiões específicas, como missas, enterros de irmãos e procissões. Ressalta-se que muitos desses objetos têm sua origem documentada nos livros pertinentes a cada uma dessas agremiações.

Da Irmandade do Descendimento, é digna de nota uma banqueta de castiçais confeccionada no Rio de Janeiro, em 1741,²²⁴ que faz conjunto com um crucifixo de banqueta,²²⁵ cuja fatura se deu em 1736; e ainda uma cruz processional,²²⁶ em estilo

²¹⁴ Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei. Livro de Fábrica da Matriz, 1784-1804.

²¹⁵ Nº 93.108.376.

²¹⁶ Nº 93.108.410.

²¹⁷ Nº 93.108.418.

²¹⁸ Respectivamente, nº 93.108.397 e nº 93.108.408.

²¹⁹ Nº 93.108.407. Cf. Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei. Livro de receitas e despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, 1736-1861, fl. 120 v.

²²⁰ Nº 93.108.415 e nº 93.108.416.

²²¹ Respectivamente, nº 93.108.380 e nº 93.108.382.

²²² Nº 93.108.420.

²²³ Respectivamente, nº 93.108.411 e nº 93.108.379.

²²⁴ Nº 93.108.366. Cf. Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei. Livro de receitas e despesas da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Descendimento – 1730-1777.

²²⁵ Nº 93.108.374.

rococó, confeccionada no Rio de Janeiro, pelo ourives Francisco Vilaça – o mesmo que havia faturado o gomil e a bacia para a Irmandade do Santíssimo – em 1754. O curioso é que, posteriormente, essa cruz teria sido vendida para a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês.²²⁷

Já da Irmandade da Caridade relaciona-se um conjunto de castiçais,²²⁸ sendo que o primeiro apresenta marcas do contraste de Lisboa, do século XVIII, e “AF”, do ourives Antônio Francisco, registrada em 1726.

A Confraria do Terço comparece com um crucifixo de banquetas,²²⁹ em estilo rococó, com as marcas de contraste e “IDF” de ourives não identificado do Rio de Janeiro do século XVIII.

Por fim, da Irmandade dos Passos, há uma custódia, com decoração em estilo rococó.²³⁰

Um dado importante sobre essas irmandades, como aponta a historiadora Adalgisa Campos, é que elas introduziram no âmbito da igreja paroquial de Tiradentes uma singular iconografia dedicada à Paixão de Cristo, cuja simbologia é possível identificar na talha, nas imagens e pinturas de seus respectivos retábulos e consistórios. Acrescenta a historiadora que essa devoção contagiou também todo o ambiente religioso da vila, tendo-se alastrado por outras igrejas e capelas de Tiradentes.²³¹

A Irmandade do Santíssimo Sacramento tinha uma função primordial nessa devoção, já que cabia a ela realizar todo o cerimonial da Semana Santa, que tem o seu início no Domingos de Ramos e o seu término no Domingo da Ressurreição, com destaque especial para a Quinta-feira Santa ou das *Endoenças* – como era conhecida, por ter sido este o dia em que Cristo instituiu, através do episódio da Última Ceia, a Eucaristia –, ocasião em que a hóstia sagrada era posta à adoração dos fiéis, ficando durante três dias sucessivos, até o Domingos de Ramos.

No citado livro de receitas e despesas, há vários lançamentos de despesas relativos aos gastos efetuados com a Semana Santa e, em particular, com as *Endoenças*, nos quais se destacam os pagamentos despendidos com sermões, músicas, armações de cenários efêmeros, ceras, azeites, tecidos, bem como com os músicos, oficiais mecânicos e sacerdotes envolvidos na cerimônia.

Passa-se agora a analisar a situação dos objetos selecionados para o acervo do Museu da Liturgia relativos às artes da pintura e escultura.

No que se refere ao campo das grandes realizações artísticas do período colonial mineiro, no caso, a escultura e a pintura religiosas, a representatividade de imagens e quadros pintados no acervo é bastante discreta: 27 imagens esculpidas (cerca de 7,7% do total geral das peças) e sete peças de pintura (cerca de 1,9%) e que, somadas aos 11 ex-votos pintados, perfazem um total de 17 peças, o que corresponde a cerca de 4,8% do total geral do acervo selecionado. Isso, de certo modo, não reflete a produção artística

²²⁶ (nº 93.108.401)

²²⁷ Conforme registrado no Livro de receitas e despesas da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Descendimento – 1730-1777, pertencente ao Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei.

²²⁸ Nº 93.108.355 e nº 93.108.367.

²²⁹ Nº 93.108.397.

²³⁰ Nº 93.108.377.

²³¹ CAMPOS. Mecenato leigo e diocesano em Minas Gerais, p. 84-85.

verificada em Tiradentes durante os séculos XVIII e XIX, bastante rica e significativa, tanto do ponto de vista artístico quanto religioso e social.

No caso da escultura, por exemplo, percebe-se nas igrejas e capelas de Tiradentes um acervo fabuloso de imagens de santos, alguns de rara beleza e plasticidade, sem falar na raridade iconográfica da representação. Apesar da grande produção de imagens verificada na cidade e nos arredores, há, contudo, poucos registros dos artistas responsáveis por suas faturas. Das imagens produzidas na primeira metade do setecentos pouco se sabe. Muitas delas, aliás, são de origem portuguesa, como comprova registro documental, datado de 1737/38, no qual se encomenda ao escultor e santeiro bracarense Marcelino de Araújo um conjunto de três imagens para a igreja paroquial de Tiradentes: uma é um São José, a outra, Nossa Senhora da Piedade – que talvez seja a que hoje se encontra no altar da Caridade (antigamente devotado a Nossa Senhora da Piedade) e a terceira, desconhecida. Também são de origem portuguesa as imagens de São Miguel (c. 1720-1730), que ocupa o altar das Almas, e Santana Mestra, doada à Irmandade do Descendimento pelo Padre Antônio Velozo do Carmo, em 1760.²³²

Tem-se conhecimento ainda, por meio de registros documentais pertinentes à Igreja Matriz, que dois grandes entalhadores portugueses, João Ferreira de Sampaio e Pedro Monteiro de Souza, estiveram trabalhando, entre 1730 e 1740, na talha da capela-mor e arco-cruzeiro e nos altares do Senhor dos Passos e do Descendimento.²³³ Porém, não há registro de que os artistas tenham produzido imagens para as irmandades em questão.

Da segunda metade do século XVIII em diante, há registros sobre a presença de dois escultores/santeiros em Tiradentes e região. O primeiro é Valentim Correia Paes, que nasceu e faleceu (em 1817) na cidade, mas cuja atividade como santeiro está ainda por ser mais bem estudada e conhecida.²³⁴ O segundo, Antônio da Costa Santeiro (c. 1746-?) teve atuação bastante destacada no final do século XVIII, realizando vários trabalhos de escultura e consertos de imagens para as irmandades da matriz. Em 1780, por exemplo, é contratado pela Irmandade do Santíssimo para consertar o rosto da imagem do “Senhor Prezo” (Cristo da Prisão) – que também faz parte do acervo do Museu.²³⁵ Fez ainda, para a mesma irmandade, em 1782, um “capacete e um peito” para o centurião, o que faz supor ser também de sua autoria um escudo selecionado para o acervo, executado certamente com a mesma finalidade.²³⁶ Acrescenta-se ainda que, em 1788, fatura os dois anjos trombeteiros que arrematam a caixa do órgão da matriz.

Sua grande realização, no entanto, ocorre em 1793, quando executa para o consistório da Irmandade dos Passos as seis imagens relacionadas à Via-Sacra e que hoje ainda lá se encontram: Senhor do Horto, Senhor da Prisão, Senhor da Coluna, Senhor da Coroação, Senhor dos Passos e Senhor da Cruz-a-Costas.²³⁷

No que se refere às imagens selecionadas para o acervo, pouco se sabe, a não ser informações que a própria escultura oferece, por meio de suas características técnicas e estilísticas, e que permitem, em alguns casos, levantar conjecturas sobre sua origem (se

²³² SANTOS FILHO. Características específicas e escultores identificados, p. 124-125.

²³³ SANTOS FILHO. Manoel Victor de Jesus, pintor mineiro do ciclo rococó, p. 231.

²³⁴ SANTOS FILHO. Características específicas e escultores identificados, p. 144-145.

²³⁵ Nº 93.108.185.

²³⁶ Nº 93.108.303.

²³⁷ SANTOS FILHO. Características específicas e escultores identificados, p. 145-146.

mineira, pernambucana, baiana ou mesmo portuguesa) e provável época de execução (entre os séculos XVII, XVIII ou XIX). Excetuam-se os casos em que a imagem apresenta traços bem populares, quando se torna mais difícil precisar sua datação e origem.

Mas há algumas evidências interessantes sobre as peças de imaginaria selecionadas. A imagem do Senhor da Coluna,²³⁸ de cunho semierudito, aparece nos inventários da Irmandade do Santíssimo desde 1804.

A imagem de São João Evangelista²³⁹ é uma escultura bem erudita, que provavelmente data da segunda metade do século XVIII e é, certamente, obra de um artista português.

Já a imagem de São Jorge, que antigamente saía montada em um cavalo – sendo que para isso tem suas pernas articuladas e um mecanismo de montaria entre elas – na Procissão do Corpo de Deus, deve ter sido encomendada pela Câmara da Vila de São José, uma vez que era uma atribuição comum às câmaras, sobretudo no período colonial, patrocinar a celebração de Corpus Christi, como também de mandar fazer a imagem do santo.

No caso da pintura, verifica-se que Tiradentes guarda em seus monumentos (igrejas, museus e residências particulares) um acervo pictural de alto valor artístico e histórico e ainda, por que não afirmar, de significativa relevância no que diz respeito aos projetos iconográficos elaborados, especialmente, no interior de suas igrejas.

Na primeira metade do setecentos, tem-se já a notícia – documentada – de dois grandes pintores – ambos de provável origem portuguesa – atuando na antiga Vila de São José del-Rei. São eles Antônio Caldas e João Batista.

O primeiro, Caldas, depois de efetuar o douramento do retábulo-mor da Matriz de Santo Antônio, em Ouro Branco, por volta de 1745, aparece em Tiradentes ajustando com a Irmandade do Santíssimo, entre 1751-1752, a obra de pintura e douramento da igreja.²⁴⁰ Supõe-se que seja de sua autoria a pintura do forro da nave, do tipo caixotões, com quadros simbólicos referentes à Eucaristia e passagens do Antigo Testamento.²⁴¹

O segundo, João Batista, vinha realizando para a Irmandade do Santíssimo, desde o final da década de 1730, vários trabalhos no interior da igreja. Nas despesas efetuadas de 1741 para 1742, inclusive, há registro de um pagamento efetuado a Batista pela pintura de um sudário – que não deve ser o mesmo selecionado para o acervo, cuja confecção parece ser de época bem posterior. O seu trabalho mais relevante, no entanto, realizado para a mesma irmandade, são três painéis, pintados entre 1736/37, sendo dois de formato oval, para as laterais da capela-mor (local onde se encontram até hoje), e o outro de formato reto (que atualmente se encontra na entrada da igreja).²⁴²

Esses três painéis têm em suas temáticas, que de certo modo se inter-relacionam, um projeto iconográfico bem eficaz, bem de acordo com o espírito religioso contaminador do ambiente em que surgiram, especialmente no que se refere ao ideal da Irmandade do Santíssimo, cliente das obras, em promover o culto da Eucaristia.

²³⁸ N° 93.108.160.

²³⁹ N° 93.108.180.

²⁴⁰ MARTINS. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais.**

²⁴¹ SANTOS FILHO. Manoel Victor de Jesus, pintor mineiro do ciclo rococó, p. 232.

²⁴² MARTINS. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais;** SANTOS FILHO. Manoel Victor de Jesus, pintor mineiro do ciclo rococó, p. 232.

Os dois painéis ovais situados na capela-mor representam a Última Ceia e as Bodas de Caná. No painel que antigamente se usava para tampar a tribuna do altar durante a Semana Santa, vê-se a cena de um famoso milagre operado por Santo Antônio (patrono da Igreja), em que este faz um jumento se ajoelhar diante da Eucaristia, para convencer a um judeu que não acreditava na presença real de Cristo na hóstia sagrada (por isso é, por vezes, denominado de “milagre da burra”).

O que há de semelhante nessas três pinturas é que todas são representações alegóricas, cuja leitura dos assuntos, em suas entrelinhas, remetem ao tema da Eucaristia: a Última Ceia, como já referido, simboliza a instituição da Eucaristia por Cristo; as Bodas de Caná, onde Cristo realizou seu primeiro milagre, é considerada pelos teólogos uma prefiguração da Eucaristia, já que Cristo transforma a água em vinho; já o terceiro painel, do milagre de Santo Antônio, tem uma interpretação mais direta, que faz o fiel refletir sobre o sentido de adoração da hóstia sagrada como confirmação da fé na presença real de Cristo, sentimento que a própria Irmandade do Santíssimo Sacramento, promotora do culto, procurava estimular e reafirmar por meio das pinturas.

Deve-se lembrar que essa evolução da Eucaristia celebrada como ação de graças para o ato de adoração teve seu início no século XIII, quando se adotou o costume de elevar a hóstia após as palavras da Consagração para que pudesse ser vista por todos. Tal costume veio a se uniformizar no período barroco, após o Concílio de Trento, reforçado pela introdução de outros elementos como toque das campainhas, velas acesas, rito da adoração, a inclinação e a genuflexão. Nesse sentido, explica-se a introdução da Festa do Corpo de Deus, em 1264, pelo Papa Urbano IV.²⁴³

A segunda metade do século XVIII em Tiradentes é marcada pela atuação do pintor Manoel Victor de Jesus, que alguns autores supõem tratar-se de um artista mulato. No entanto, quase nada se conhece sobre sua biografia, supondo-se que seja nativo da própria região de Tiradentes. Seus primeiros trabalhos documentados no interior da Igreja Matriz ocorrem a partir de 1781. Dessa data até o princípio do século XIX, Manoel Victor executa várias pinturas temáticas e decorativas para as irmandades do Santíssimo, do Descendimento e Senhor dos Passos.²⁴⁴ São de sua autoria, portanto, praticamente todas as deliciosas e coloridas pinturas, de acentuado gosto rococó, que preenchem os painéis laterais e forros das duas sacristias, da capela do Santíssimo, da capela dos Passos, dos consistórios das irmandades do Descendimento e dos Passos e da mísula do órgão, situado na nave.

Na maioria dessas pinturas predominam cenas referentes a passagens do Antigo Testamento, mescladas com algumas representações de santos, dos Evangelistas e alguns símbolos e passagens relativas à Paixão de Cristo. É possível admitir que toda essa pintura tenha sido realizada visando ao enquadramento da decoração a um esquema iconográfico unificado, qual seja, aquele que se relaciona ao drama da Paixão de Cristo. Lembra-se que todas essas irmandades para as quais o artista trabalhou tinham por finalidade primordial evocar e difundir a devoção da Paixão, como se afirmou mais acima. Levando-se em conta o método proposto por teólogos medievais, no qual o Antigo Testamento deve ser lido como uma prefiguração do Novo Testamento, então, muitas das cenas representadas nessas pinturas podem ser compreendidas como prefiguras de Cristo em seus últimos momentos na Terra. Outra possibilidade também, e

²⁴³ BECKHÄUSER. *Os fundamentos da Sagrada Liturgia*, p. 253-254.

²⁴⁴ Sobre a atuação de Manoel Victor em Tiradentes, a principal referência é SANTOS FILHO. *Manoel Victor de Jesus, pintor mineiro do ciclo rococó*, p. 231-242.

que não exclui a anterior, mas a complementa, é entender a elaboração dessas passagens e personagens bíblicas como quadros de apoio às leituras de missas durante o Ano Litúrgico. Num mundo onde poucos podiam ler e compreender o latim dos religiosos, a imagem funcionava como um reforço fundamental. Assim entenderam os teólogos medievais ao afirmarem que “os iletrados contemplam através dos signos pictóricos o que não podem colher através da escritura – *illitterati quod per scripturam non possunt intueri hoc per quaedam picturae lineamenta contemplantur*”.²⁴⁵

Além das pinturas realizadas na Igreja Matriz, Manoel Victor de Jesus atuou em outras igrejas da cidade e região. Comprovada documentalmente é a obra de pintura que o artista realizou no início do século XIX na igreja de Nossa Senhora das Mercês. Com a mesma delicadeza e colorido rococó, Manoel Victor executou as pinturas do forro da capela-mor e da nave. No primeiro, pintou cenas alusivas a Nossa Senhora; no segundo, representou a hierarquia celestial (tronos, potestades, dominações, principados, virtudes, custódio, querubins, anjos e arcanjos) entre santos mercedários. Essa mesma temática o artista aplicará depois na pintura do forro da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, situada no distrito de Vitoriano Veloso, antigo Arraial do Bichinho. Também deve ser imputada como de sua autoria a pintura do forro da Igreja do Rosário, no centro da cidade, representando os 15 mistérios do Rosário e as invocações da ladainha de Nossa Senhora.

De Manoel Victor de Jesus nos interessa, particularmente, os quatro quadros selecionados para o acervo do Museu, representando São Carlos Borromeu, São Bento, São Luis Rei de França e Nossa Senhora do Desterro. A execução dos quadros deve ter ocorrido no final da década de 1780, como se deduz da despesa feita com as molduras e tintas para os quadros, contabilizada no livro da fábrica da Matriz em 1788.

Dos três santos representados, somente São Luis Rei de França tem uma ligação direta com a devoção da Paixão: seu culto foi muito difundido entre os terceiros franciscanos, cujo hábito costuma aparecer representado nas igrejas mineiras. Na devoção popular, São Luis, que participou da penúltima e última cruzada, na qual veio a falecer, é venerado como aquele que resgatou, na Terra Santa, os instrumentos da Paixão de Cristo – os *Armas Christi*, como são conhecidos: a coroa de espinhos e os três cravos, seus atributos pessoais. Antigamente, ao que parece, o quadro ficava exposto no Consistório do Descendimento, cujo forro ostentava uma pintura com a cena alusiva do descendimento do Corpo de Cristo da Cruz (desaparecida). Logo, a presença do rei mostrando os atributos da Paixão é bem propícia!

São Carlos Borromeu não tem seu nome ligado ao tema da Paixão, mas talvez se relacione à própria liturgia da Igreja, já que o santo teve participação relevante no Concílio Tridentino e em sínodos diocesanos convocados por ele, nos quais se discutiram matérias normativas referentes à ordenação do clero, à liturgia e à ornamentação das igrejas.

A presença de São Bento talvez se explique mais pela popularidade de seu culto, de grande antiguidade, do que por alguma relação que possa ter com as temáticas aqui discutidas.

Já o quadro representando Nossa Senhora do Desterro é de temática mais corriqueira, ligada ao ciclo da infância de Cristo, quando este é levado por Nossa Senhora e São José para o Egito, fugindo da perseguição de Herodes. Cabe ao artista, portanto, dar sua interpretação da cena, pintando com cores locais a passagem referida

²⁴⁵ ECO. *Arte e beleza na estética medieval*, p. 137.

na Bíblia, como fez aqui Manoel Victor – às vezes até se baseando em uma gravura, como era comum acontecer.

Outro quadro selecionado para o Museu, mas de autoria desconhecida, é o Cristo Ressuscitado, pintado sobre tábua recortada.²⁴⁶ Também é um tema relacionado à Paixão e Ressurreição de Cristo e até hoje é utilizado para ornamentar o altar-mor no Domingo de Ressurreição. Quanto à sua execução, há um registro de despesa no livro da Irmandade do Santíssimo especificando o pagamento de 27\$025 réis “pelo feito do Sr. Resucitado e estopas e breu para a pasta”; referência que deve se relacionar, com toda certeza, à referida pintura, afirmação esta reforçada pela citação de “estopas e breu para pasta”,²⁴⁷ materiais que eram utilizados para calafetar as frestas que poderiam ficar na emenda das tábuas – aliás, um tipo de calafetação amplamente utilizado pelos pintores mineiros nas pinturas de forro. Essa pintura é citada também em inventário da Irmandade do Santíssimo, em 1785: “uma dita do mesmo Senhor em pintura de Tábua”.

Quanto ao sudário,²⁴⁸ reforçando o que foi dito anteriormente, não se trata do mesmo pintado pelo pintor João Batista, cuja despesa aparece lançada no livro da Irmandade do Santíssimo, para o ano contábil 1752/1753, pois sua pintura já apresenta características estilísticas do período rococó, só vigente na capitania a partir do terceiro quartel do século XVIII até os primeiros anos do século XIX. Contudo, há uma referência para a Matriz ao pintor Manoel Victor de Jesus, em 1818, e que pode ser o referido sudário. Todavia, mesmo considerando o fato de que Manoel Victor era um pintor rococó, a autoria da peça precisa ser melhor investigada.

No que se refere aos ex-votos pintados, foram selecionados para exposição no Museu da Liturgia nove exemplares do acervo.

O ex-voto, como se sabe, é o registro de um “milagre” ou graça alcançada por intermédio de santo ou de uma entidade divina. O termo deriva do latim *tabulae Votivae*, já sendo conhecido desde a Grécia antiga (é o caso dos *tammata* e *anathēmata*). No Brasil, eram denominadas comumente de “quadro de milagres” ou apenas por “milagres”, popularizando-se, principalmente, sob a forma de tábuas ou tabuletas votivas. Essa tradição foi bastante cultivada em Minas Gerais. Nos séculos XVIII e XIX, não havia capelas ou igrejas que não tivessem um conjunto de ex-votos, com pinturas regionais elaboradas de maneira despretensiosa e pitoresca, ou mesmo de cunho erudito. E o número deles se apresenta maior em lugarejos que contam com um centro de peregrinação, como ocorre em Tiradentes com o Santuário da Santíssima Trindade, que acolhe todos os anos milhares de peregrinos, que deixam na igreja, como agradecimento por graças alcançadas, centenas desses ex-votos, de todas as formas e técnicas possíveis: pintados, esculpidos, entalhados, modelados etc.

A composição dos ex-votos ora selecionados não foge à tipologia clássica dessas tabuletas votivas, comuns ao mundo ibérico, a qual se encontra distribuída em três planos: na parte inferior, a inscrição (ou legenda) com o nome do miraculado, as circunstâncias e a data em que ocorreu o milagre; ao centro, a figura do miraculado em seu quarto, preferencialmente deitado em posição pré-mortuária; na parte superior, a visão com a representação da divindade propiciadora da graça.²⁴⁹

²⁴⁶ Nº 98. 108.123.

²⁴⁷ Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei. Livro da Irmandade do Santíssimo – 1736-1781, fl. 113.

²⁴⁸ Nº 93.108.126.

²⁴⁹ SPHAN. **Promessa e Milagre no Santuário Bom Jesus de Matozinhos.**

A par do cunho religioso, os ex-votos interessam como documento de arte popular: na ingenuidade do desenho, na policromia viva das tintas, na repetição de certas características iconográficas e, por fim, na maneira despretensiosa de compor as cenas refletindo o cotidiano do miraculado, no interior de seu recinto particular, repousando em um leito ou em situação de oração ou nas mais curiosíssimas situações relativas ao acidente ocorrido e do qual foi salvo por intervenção divina.

Em termos iconográficos, verifica-se que cinco deles apresentam no campo da visão a representação de Nossa Senhora (três são dedicados a Nossa Senhora das Dores, um a Nossa Senhora de Nazaré e outro a Nossa Senhora das Mercês), fato que demonstra a força do culto mariano nas Minas coloniais. Os outros estão dedicados a Santo Antônio de Pádua e Bom Jesus – cujo culto é também muito forte em Minas Gerais –, a São Francisco de Paula e à Santíssima Trindade, cuja devoção, não custa reiterar, é destacada em Tiradentes em decorrência da presença do santuário que, anualmente, atrai uma multidão de peregrinos.

Passa-se agora a analisar a questão dos missais romanos. Dos missais selecionados para o acervo, em número de dez, sete deles foram impressos no século XVIII e os outros, no século XIX. A presença deles em igrejas mineiras abre espaço para algumas reflexões.

Em primeiro lugar, sobre seu uso como livro litúrgico. Em uma época em que a missa era praticamente um ato “unilateral”, isto é, em que o sacerdote celebrava sozinho para uma plateia de fiéis, o missal era o único livro necessário para a realização da missa. Tomando os nomes de *liber missales*, *Missale*, *Missale plenarium*, tal livro serviu melhor, nesses tempos, às celebrações eucarísticas particulares e à centralização da celebração eucarística no sacerdote. Nos missais atuais – após a reforma imposta pelo Concílio Vaticano II –, foi abandonado o esquema do missal pleno, que continha tudo, para facultar uma celebração comunitária com a participação dos diversos ministros, como leitores e cantores.

Outro aspecto interessante sobre esses livros diz respeito à origem de sua impressão e à forma como eram adquiridos pelas igrejas. Ao se proceder a um inventário nas igrejas mineiras antigas, verifica-se que a maioria delas guarda, em suas gavetas de arcazes e outros armários, dois ou mais exemplares de missais antigos, alguns já em péssimo estado de conservação. Livro imprescindível para a realização da missa, o missal tem ordinário que se compõe de ritos iniciais, liturgia da palavra e da eucaristia, rito da comunhão e ritos finais, além de outras celebrações específicas, como “Próprio” dos santos e santas – especificamente aqueles cultuados no reino português –, as missas de defuntos, as missas votivas etc. Uma vez que a cada ano esses livros eram reformados e atualizados, com novos santos admitidos, era necessário municiar a igreja com novas versões constantemente, o que acarretava a grande procura por esses livros e sua encomenda. Na primeira metade do século XVIII, os missais mais procurados e, por certo, valorizados eram aqueles provenientes da Antuérpia (Bélgica), em especial, os impressos na famosa Tipografia Plantiniana, fundada e comandada pelo mestre impressor Christophe Plantin (1514/20-1584). Sabe-se que houve, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, um intenso comércio de livros envolvendo a referida tipografia e livreiros portugueses estabelecidos em Lisboa e Coimbra.

De Lisboa, notadamente, toda essa literatura litúrgica aportava em Minas Gerais, ou encomendada ao Rio de Janeiro ou adquirida de livreiros residentes em Vila Rica. Sabe-se que em meados do século XVIII viveu em Vila Rica (atual Ouro Preto) um livreiro por nome Manuel Ribeiro dos Santos. O volume de seus negócios na capitania devia ser muito grande, como se infere das várias listas de livros que solicitava vir do

Reino, mais especificamente de Lisboa, para atender seus clientes, um seletivo grupo composto por religiosos, boticários, advogados, magistrados etc. Os livros requisitados, geralmente aqueles de melhores capas e os mais modernos que houvesse, versavam sobre os mais vastos campos do saber: filosofia, medicina, história, geografia, poesia, literatura e religião – em cujo campo não poderiam faltar missais da Antuérpia.²⁵⁰

Em inventários antigos da Irmandade do Santíssimo, para o ano de 1734, encontramos registro de “um missal novo de Antuérpia comprado em Villa Rica a Antonio Coelho” por 10\$000 réis, o que corrobora a suposição de existência de pessoas em Vila Rica comercializando livros; e também esse gosto ostentado pelos missais da Antuérpia. No mesmo inventário há menção a outro missal, mas de “Veneza”, comprado no Rio de Janeiro por 12\$000 réis. Já nas despesas referentes ao ano de 1738 para 1739 há referência de pagamento por um “missal de Antuérpia com os Santos Novos encadernado em veludo com brochas de prata” por 23\$140 réis. O dizer “santos novos” vem demonstrar aquela necessidade, já antes referida, de sempre adquirirem-se os missais já reformulados ou atualizados pela autoridade maior eclesiástica. É provável que alguns desses registros façam referência a alguns dos missais selecionados para o acervo do Museu da Liturgia, porém, é necessária uma avaliação mais substancial desses livros para se comprovar tal suposição.

Por último, devemos ressaltar que esses missais foram de grande utilidade no campo das artes plásticas. Num ambiente colonial desprovido de academias de artes – local adequado para se aprender a desenhar figuras e compor cenas históricas, entre outros aspectos técnicos –, a circulação de gravuras europeias, geralmente desenhadas e gravadas por grandes artistas da época, ou mesmo aquelas inspiradas em suas obras, veio possibilitar aos nossos pintores suprirem essa ausência e, dentro de certos limites, é claro, serviram essas gravuras como fonte informativa no seu processo de aprendizagem e de crescimento artístico.

Os missais foram grandes veículos divulgadores dessas novidades artísticas, já que são providos de gravuras, algumas de alta qualidade técnica e plástica, que serviram de modelo para muitas obras de pintura encontradas em nossas igrejas barrocas. A sequência de gravuras – também denominadas de estampas – incorporada a um missal diz respeito aos tempos litúrgicos: Advento, Natal e Epifania, com gravuras alusivas à Anunciação, ao Nascimento e à Adoração dos pastores; e Tempo Pascal, com cenas alusivas a Última Ceia, Crucificação, Ressurreição, Ascensão e Pentecostes; além de estampas dedicadas à Santíssima Trindade (celebrada no primeiro domingo depois do Pentecostes), à Assunção de Nossa Senhora e ao dia de Todos os Santos.

Como se mencionou antes, muitos pintores mineiros, entre desconhecidos e famosos, valeram-se dessas gravuras de missais (e de outras estampadas em Bíblias e outros livros religiosos) para comporem suas histórias no momento de executar uma grande obra de pintura. Manoel da Costa Ataíde, considerado o maior pintor do período colonial mineiro, usou essas gravuras, e sem nenhum pudor, diga-se – pois nessa época copiar não era sinal de fracasso ou falta de imaginação, mas sim um dos processos mais seguros pelo qual o artista deveria seguir para se tornar um grande mestre –, para compor algumas de suas melhores pinturas: por exemplo, no interior da Igreja de São Francisco de Assis, tida como a maior obra do Barroco Mineiro, na qual o artista se valeu de estampas de uma Bíblia para compor as pinturas laterais da capela-mor imitando azulejaria e de uma gravura de missal para pintar uma Santa Ceia, no mesmo

²⁵⁰ Ver a este respeito um interessante artigo de DINIZ. Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII, p. 181-198.

recinto. A despeito dessas “cópias”, é no interior da mesma igreja, no entanto, que vamos encontrar a obra maior do artista, pintada no forro da nave, representando a gloriosa Assunção da Virgem Maria. Diga-se, por fim, que essas gravuras foram tão importantes para a construção de nossa herança pictural que o pintor João Nepomuceno Correia e Castro, contemporâneo a Ataíde, declara em seu testamento que deixa “todas suas *estampas*, riscos e debuxos” aos seus aprendizes.²⁵¹ Não seriam essas *estampas*, portanto, as mesmas de que se trata aqui, retiradas destes missais?

Deve-se mencionar ainda as sete estantes de missais (ou estantes de altar) selecionadas para o acervo do Museu. Como o próprio nome indica, eram peças utilizadas para o suporte do missal enquanto em uso durante a missa. A maioria dessas estantes é do século XVIII, algumas elaboradas em desenho elegante, com vistosa pintura ornamental.

O acervo selecionado para o Museu contempla ainda um número razoável de paramentos litúrgicos, que perfazem um total de 37. Algumas peças, especificamente as do século XVIII, são bem elaboradas, confeccionadas em brocado e lhana com decoração fitomorfa e simbólica, com guarnição em galões de prata e ouro. Apresenta-se em diferentes cores, conforme seu uso no desenrolar do Ano Litúrgico: branco, roxo, vermelho, verde e preto. Algumas peças formam um conjunto completo, composto de capa de asperges (ou pluvial), umeral (ou véu de ombro), casula, dalmática, estola e manípulo. O conjunto completa-se com uma umbela, bolsas corporais, palas e sanefas de altar. Salienta-se que, na liturgia atual, alguns desses paramentos estão fora de uso, como o caso dos manípulos.

É importante ressaltar que os paramentos litúrgicos têm uma importância muito grande na liturgia, por sua capacidade de se tornar um meio de comunicação com o sagrado. Por conta disso, cada país, em cada época, procurou encontrar sua maneira adequada de comunicação, adotando suas vestes sacerdotais não só em função da decência, comodidade, bem-estar e higiene, mas também com o desejo de criar um comportamento exterior de acordo com as ambições ou as virtudes da alma. Obviamente, tudo isso deveria respeitar os símbolos e as cores consagradas pela tradição cristã.

No período barroco, época de muitas procissões e cerimônias pomposas, priorizaram-se os paramentos ricamente decorados, elaborados em tecidos nobres, cujo uso e cuja confecção estão amplamente documentados em crônicas da época e livros contábeis de irmandades.

No relato da famosa procissão intitulada O Triunfo Eucarístico, ocorrida na antiga Vila Rica, em 1733, encontram-se algumas passagens que demonstram bem a importância dos paramentos na elevação do ambiente comemorativo: “hum sacerdote revestido de *dalmática*”, ou “oito sacerdotes revestidos de *ricas casulas, manípulos e estolas*; depois destes oito com *boas Dalmáticas*, logo oito de cada parte com *capas de asperges*”; e por fim, “seguia-se o Divino, e Eucarístico Sacramento, debaixo de hum precioso pallio em mãos do Reverendo Vigário da Matriz, revestido com huma *rica alva, estola, capa de asperges, e véo de hombros*, tudo de muito preço entre dous sacerdotes também revestidos de *ricas alvas, e dalmáticas*”.²⁵²

Já no livro de receita e despesa (1736-1861) da Irmandade do Santíssimo de Tiradentes, há vários registros de despesas, para anos seguidos, referentes à fatura de

²⁵¹ MARTINS. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*, v. 1, grifo nosso.

²⁵² MACHADO. *Triunfo Eucharístico*, p. 107-110, grifo nosso.

diversos tipos de paramentos (asperges, véu, dalmáticas, manípulos e estolas); uma capa de asperges “guarnecida em ouro”, inclusive, é mandada vir do Rio de Janeiro.²⁵³ Essas várias despesas dão a devida medida que tinham naquele tempo as vestes litúrgicas para as irmandades, no seu envolvimento com as celebrações do Ano Litúrgico, principalmente o Tríduo Pascal o Corpo de Deus, ocasião em que se exigia maior pompa no visual dos celebrantes.

Infelizmente, como as informações trazidas nos livros antigos são bem vagas, não se mencionando o tipo de tecido e a cor do paramento ali registrado, não é possível determinar com exatidão se um ou mais desses paramentos são os mesmos daqueles selecionados para o acervo do Museu. A certeza que se tem é de que alguns deles, dado o tipo de tecido em que são confeccionados e dos galões de ouro utilizados em sua decoração, são realmente peças do século XVIII. Como exemplo, relacionamos os exemplares de n^{os} 108.531, 108.532, 108.533, 108.554, 108.555, 108.564, 108.565, 108.566, 108.567) e ainda o n^o 108.539, que se trata de uma rica capa de Nossa Senhora em brocado azul dourado e um jogo de sanefas de andor (s/n^o), em brocado dourado vermelho.

Procurou-se, neste capítulo, dar ênfase aos objetos cujo interesse não recai somente em sua função litúrgica, mas que possibilitam, de uma forma mais ampla, estabelecer uma conexão com a realidade histórica do período em que surgiram, respondendo a uma manifestação das culturas artística e religiosa de uma sociedade que se forjou a partir da mineração do século XVIII e de seus possíveis desdobramentos nos séculos XIX, XX e, porque não, XXI. Há que se mencionar, contudo, que o acervo do Museu conta ainda com um grupo de variadas peças, que, juntas, equivalem a cerca de 27,5% do total de objetos selecionados. No entanto, são peças cuja importância, em relação ao que se veio analisando até aqui, é menor. Mesmo porque são objetos dos quais não se têm registros documentais seguros, apesar de se saber que ao longo dos séculos referidos foram sendo faturados ou manufaturados em ampla escala. Incluem-se nessa lista, por exemplo, os castiçais de madeira entalhada e dourada e os de estanho, tocheiros, mesas, peanhas de imaginária, jarras de cerâmica, sacras de papel, arcas, serpentinas, confessionários e outros objetos.²⁵⁴

²⁵³ Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del-Rei. Livro de receita e despesa (1736-1861) da Irmandade do Santíssimo de Tiradentes, fl. 74.

²⁵⁴ Foram ainda utilizadas para elaboração deste capítulo as seguintes obras de referência: DAMASCENO. **Glossário de bens imóveis**; DOTRO; HELDER. **Dicionário de Liturgia**; e LESAGE. **Objets et habits liturgiques**.

Glossário

Com a finalidade de subsidiar o trabalho de produção de conteúdo para o Museu da Liturgia, foi elaborado o presente glossário, cujas principais fontes são os glossários elaborados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) e pela Fundação João Pinheiro para a edição das *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)* e do *Códice Costa Matoso*, assim como dicionários históricos e obras de referência sobre o Barroco Mineiro.²⁵⁵

Bens móveis e de consumo que constituíam o patrimônio das igrejas mineiras, séculos XVIII e XIX

Nota prévia

Ao conjunto dos bens patrimoniais, ou dos seus rendimentos, destinados à conservação e reparo das igrejas, bem como às despesas e à manutenção do culto divino dava-se a denominação de fábrica; e fabriqueiro era o primeiro membro do Conselho da Fábrica da Igreja, que, com os conselheiros e sob a dependência do pároco, administra seus bens e é o único representante jurídico. Para o exercício desse cargo, era necessária uma provisão passada pela Cúria.

De modo geral, o patrimônio de bens móveis e de consumo de cada matriz, capela ou ermida era constituído de:

Missal livro que contém o ritual da missa para todos os dias do ano (Ciclo Litúrgico). O nome *missal* substituiu o de *sacramentário*, quando o sacrifício eucarístico recebeu o nome de missa. O missal atual foi editado após o Concílio do Vaticano II pelo Papa Paulo VI.

Talha escultura em alto ou baixo relevo, feitas geralmente em madeira.

Pia batismal feitas de pedra ou madeira.

Âmbula espécie de cálice dourado internamente, com tampa encimada com uma pequena cruz, usado para conservar e distribuir as hóstias consagradas na comunhão. Pode ser de prata, ouro ou estanho, sendo costume chamar também de âmbulas os vasos, geralmente de chumbo, estanho ou prata, em que, nas igrejas, são guardados os santos óleos do Batismo, do Crisma e do Sacramento dos Enfermos. Costumam trazer inscrições indicativas de seu conteúdo: OS-*Oleum Sanctum* ou óleo dos catecúmenos SC-*Sanctum Chrisma* e OI-*Oleum Infirmorum*.

Cálice vaso composto geralmente de copa, nó e base ou pé, no qual se deitam o vinho e a água durante o sacrifício da missa, devendo ser consagrado pelo bispo antes de entrar em uso. A copa deve ser dourada internamente e, externamente, pode ser de estanho ou prata. O nó e a base ou pé admitem metal inferior.

Patena pequeno prato, de ouro ou metal dourado, usado para cobrir o cálice e receber a hóstia consagrada na missa.

Pedra de Ara pedra pequena e pouco espessa que compõe a mesa do altar. Deve ser consagrada pelo bispo. Sobre ela, repousam o cálice e a hóstia na celebração da missa.

²⁵⁵ TRINDADE. *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade*; CÓDICE COSTA MATOSO, v. 2, p. 71-177; BOTELHO; REIS. *Dicionário histórico Brasil*; ROMEIRO; BOTELHO. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*; ÁVILA. *Barroco mineiro*.

Corporal pano quadrangular, geralmente de linho branco, com uma cruz bordada no centro, onde se colocam a hóstia consagrada e o cálice, durante a celebração da missa ou fora dela. Na liturgia da missa, recorda o Santo Sudário.

Ostensório ou custódia aro circular de ouro, prata ou metal dourado ou prateado guarnecido de raios e fechado com vidro de ambos os lados para dentro ser colocada a luneta com a hóstia consagrada. Assenta-se sobre um pedestal e é encimada por uma cruz. É usada para exposição, bênção e procissão do Santíssimo Sacramento. Está em uso desde o século XIV, quando foi instituída a Procissão do Corpo de Deus e a exposição solene do Santíssimo.

Sacrário espécie de cofre colocado sobre a mesa do altar ou embutido na banqueta onde se guardam coisas sagradas, especialmente hóstias e relíquias. O mesmo que tabernáculo.

Turíbulo ou incensório vaso de metal ou prata usado para queima do incenso nas incensações litúrgicas. Acompanha-o a naveta com colherinha. O incenso tem a função de levar a prece aos céus. Associa o homem à divindade, o finito ao infinito, o mortal ao imortal.

Naveta pequeno vaso de metal, composto de pé, coluna e recipiente em forma de nau, usado para guardar o incenso, que, nas purificações litúrgicas, é retirado com uma colherinha e colocado sobre as brasas no turíbulo.

Caldeira ou caldeirinha recipiente de metal, geralmente apresentando alça de sustentação, destinado à colocação de água benta para aspersão sobre os fiéis em cerimônias religiosas. Forma conjunto com o hissopo, que é o utensílio usado para aspergir a água benta, composto de um cabo e de uma bola de metal oca, com orifícios na outra extremidade.

Alfaia designa de modo geral os objetos utilizados em cerimônias e cultos litúrgicos da Igreja Católica. O termo pode ser empregado tanto no singular quanto no plural. É costume dizer-se alfaias sagradas e, genericamente, ornamentos.

Castiçal usado para iluminação, sendo que nas principais igrejas mineiras do período colonial era geralmente de prata ou de madeira entalhada, pintada, dourada ou policromada;

Bacia prato no qual são recolhidas esmolas na igreja durante a missa. *Rendimento da bacia Fig.:* expressão que designa a soma do que é recolhido pela bacia.

Frontal toalha de tecido, geralmente de seda ou de damasco, que pende da parte superior do altar, cobrindo-o parcialmente ou até a base. Sua cor varia de acordo com o Ciclo Litúrgico. Deve ser colocada sobre a terceira toalha do altar. É chamado também de frontal o painel em talha dourada ou policromada ou ainda em pintura ornamental que reveste a frente dos altares.

Galheta pequeno frasco de cristal, vidro ou metal, geralmente com bico e alça, usado no ofício da missa. Pode integrar conjunto chamado galheteiro, composto pela salva [espécie de bandeja] e por duas galhetas, uma para colocação da água e outra, do vinho.

Lampadário ou lâmpada peça destinada à iluminação, confeccionada em prata ou metal trabalhado, presa ao teto ou a um braço, normalmente por meio de correntes, de onde pendem dispositivos para um ou mais focos de luz. O uso de sempre se conservar uma luz diante do sacrário apareceu no século XIII, espalhando-se gradativamente até o século XVI, quando se generalizou. Associa-se à emanação de luz, cujo uso metafórico e simbólico é muito frequente no Antigo e Novo Testamento, sendo identificada com a presença real de Deus. No templo católico, essa luz, também denominada de Luz

Perene, deve arder sem cessar diante do altar em que se conserva o Santíssimo Sacramento.

Pálio sobrecéu portátil feito de um quadrilongo de pano de seda e sustentado por varas para ser levado à mão que serve para cobrir, como sinal de distinção e honra, nos cortejos ou procissões solenes, a pessoa ou o objeto que mais se pretende honrar. É particularmente empregado nas procissões religiosas para cobrir a hóstia consagrada ou a imagem do Senhor Morto. A vara de pálio é a denominação da haste, geralmente de prata ou madeira, que se prende ao pálio para transportá-lo nos rituais religiosos. A umbela é uma espécie de pálio redondo, em forma de guarda-sol, destinado a cobrir o sacerdote, quando publicamente leva o Viático ou transporta o Santíssimo Sacramento.

Píxide pequeno vaso, geralmente de prata, apresentando interiormente dispositivo para a colocação de hóstias, com tampa e argola ou elemento de sustentação na parte superior externa. Destina-se ao transporte de hóstias consagradas – Santo Viático – aos enfermos em perigo de morte.

Relicário tipo de urna ou vaso destinado à guarda ou exposição de relíquias. Tem origem na tradição de se conservarem relíquias de santos e mártires. A princípio, conservavam-se as relíquias fechadas. A partir do século XIV, passaram a ser expostas por detrás de um vidro, tomando os relicários diferentes formas.

Sacras pequenos quadros com as palavras do Credo, da Consagração e outras orações colocadas sobre o altar ou encostados à banqueta do retábulo, para auxiliar a memória do celebrante no ofício da missa. Em número de três, costumavam conter as seguintes orações: Bênção da Água e Salmo 25, no quadro da direita; Glória, Credo, Ofertório, Consagração e as três orações da Comunhão, no quadro do meio; e o prólogo do Evangelho de São João, no quadro da esquerda.

Vestimentas litúrgicas

Paramentos vestes oficiais do clero nas funções do culto divino e alfaias de uma igreja, também chamados genericamente de ornamentos. Existem quatro cores para os rituais diários e para as festividades.

Quatro cores forma genérica de se referir às quatro cores tradicionalmente presentes nos paramentos litúrgicos. A princípio, usava-se somente a cor branca, que era a cor do vestuário da Antiguidade Clássica. Desde o século IX, há notícias de determinadas cores para certas festas. Mas só foi por volta de 1200 que se adotaram as cores como litúrgicas. A variação no seu emprego durou até a reforma do missal, depois do Concílio de Trento. Desde então, há cinco cores litúrgicas: branca, vermelha, verde, roxa e preta, cujo uso depende das festas a celebrar e do ano eclesiástico. A verde é usada no Tempo Comum, em sinal de esperança. A branca é usada no Tempo de Natal, Páscoa, em festas de Nossa Senhora e em momentos de alegria como batizados e casamentos. A roxa é usada nos momentos de luto e penitência, no Tempo da Quaresma. A vermelha, no Tempo de Pentecostes e nas festas dos santos mártires. Presume-se que a referência específica às “quatro cores” exclua a cor preta, cujo emprego é mais restrito (somente na Sexta-feira da Paixão e nos ofícios fúnebres).

Alva vestimenta talar, de mangas estreitas, que o sacerdote usa por baixo da casula para officiar a missa e outras celebrações litúrgicas. Confeccionada em linho branco,²⁵⁶ pode apresentar detalhes em renda ou bordados. Simboliza a pureza de coração com que o sacerdote deve celebrar os officios divinos. É originária da túnica romana e grega de uso cotidiano e é, entre as vestes litúrgicas, uma das mais antigas.

Amito veste litúrgica usada pelo sacerdote sobre o pescoço e os ombros para proteger os paramentos contra o suor. Consiste num retângulo de linho branco, tendo uma cruz bordada no centro e, nas extremidades superiores, cadarços que a prendem ao corpo. Está em uso desde o século VIII, sendo de origem obscura.

Capa de asperges vestimenta eclesiástica, de forma semicircular e acolchetada na parte frontal, usada, entre outras funções, nas aspersões dos fiéis. Também designada como pluvial, capa pluvial ou capa magna. Como veste litúrgica, é conhecida desde o século IX, substituindo a casula, que passou a ser usada exclusivamente na missa.

Casula paramento litúrgico usado pelo celebrante sobre a alva e a estola. É formada de duas partes, unidas à altura dos ombros, caindo para o peito e para as costas, sem costuras laterais. Geralmente, apresenta uma cruz bordada na face posterior. É originária de um manto que envolvia todo o corpo, descendo até os tornozelos, tendo somente abertura para a cabeça.

Dalmática veste litúrgica usada sobre a alva por diáconos e subdiáconos durante as missas solenes. Semelhante a uma casula, apresenta mangas largas e abertas, desprovidas de costuras. Deve ser confeccionada com o mesmo tecido da casula do celebrante. Como os paramentos, toma as cores litúrgicas. No século II, era adotada pelos romanos como vestimenta de luxo dos dálmatas. Tornou-se, no século seguinte, veste litúrgica, a princípio reservada ao Sumo Pontífice e depois para seus diáconos.

Estola paramento litúrgico usado sobre o peito pelo sacerdote para officiar. Em forma de tira comprida, apresenta três cruces bordadas, uma no meio e as outras nas extremidades arrematadas por pontas franjadas. Deve ser confeccionada com o mesmo tecido da casula.

Manípulo paramento litúrgico usado pelo sacerdote no antebraço esquerdo, durante a celebração da missa. Em forma de uma pequena estola, tem, obrigatoriamente, uma cruz ao meio e, às vezes, outras nas extremidades franjadas. Internamente, um cadarço une as duas partes. O tecido de que é feito deve ser condizente com os demais paramentos. Sua origem não é ainda esclarecida. Foi introduzido em Roma, onde, no século VI, era privilégio do clero. Para alguns especialistas, é uma transformação do lenço fino, trazido nas mãos pela aristocracia romana.

Sobrepeliz veste litúrgica de linho branco ampla, que se estende até o joelho, com mangas largas, usada sobre a batina ou hábito religioso em algumas cerimônias litúrgicas. Sua origem data do século XI, sendo usada pelos coristas no inverno, sobre um manto de pele, o que deu origem à designação do paramento. A princípio era longa, descendo até o chão. No século XIV, deixou de ser veste de coro, encurtando-se até a altura dos joelhos.

Igreja Católica, clero, arte e religiosidade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX

²⁵⁶ O linho era considerado o tecido mais nobre. Adotado pelos judeus nos sepultamentos, passou a ser utilizado pelos cristãos na confecção dos panos dos altares.

Abaixa-voz dossel, também chamado guarda-voz, que cobre o púlpito para efeito de acústica durante as prédicas do sacerdote.

Acólito aquele que, em virtude de uma das quatro ordens menores, acende as lâmpadas, leva ao altar as velas e ministra nas galhetas a água e o vinho para o sacrifício da missa.

Alcatifa tapete, colcha, toalha, tecido, em geral de seda ou lã, com desenhos de flores e *figuras* e que eram utilizados para enfeitar as casas em dias de procissão e outras festividades religiosas.

Altar-mor altar ou retábulo principal de uma igreja ou capela, apostado à parede de fundo da capela-mor e destinado às imagens ou relíquias do respectivo orago ou santo padroeiro.

Amovível diz-se de um ofício ou benefício eclesiástico que não é perpétuo e cujo titular pode ser destituído, desempossado ou privado a arbítrio do superior.

Andor suporte de madeira, com varais de segurar e geralmente ornamentado, no qual se transportam imagens nas procissões.

Anjo elemento ornamental dos mais comuns em retábulos e arcos-cruzeiros de igrejas mineiras. Os mais comuns são os querubins ou serafins pequenos e com ou sem asas, ou os arcanjos, figuras maiores, lembrando adolescentes ou adultos jovens, sendo geralmente dessa espécie os anjos músicos e os anjos tocheiros.

Anjo tocheiro escultura de anjo portando tocheiro ou castiçal grande para velas. Pode encontrar-se inserido no retábulo ou como escultura autônoma.

Anual diz-se de um ofício ou benefício eclesiástico provido pelo período de um ano.

Arcaz grande arca ou cômoda com gavetões. Nas igrejas, é geralmente colocado nas sacristias para guardar paramentos e outros acessórios religiosos.

Arco-cruzeiro arco que separa a nave central e a capela-mor na parte da igreja denominada cruzeiro.

Armador oficial que arma, ou seja, arruma e enfeita as igrejas.

Átrio pátio, à frente ou em torno da igreja, geralmente cercado por muro baixo.

Bacia do púlpito peça em pedra ou madeira sacada da parede em que se firma o tambor ou caixa do púlpito.

Baldaquim (ou baldaquino) peça acessória, sustentada por colunas ou pendente junto às paredes, que aparece como proteção superior em alguns retábulos. O mesmo que sanefa ou guarda-pó.

Banhos proclamas de casamento que o pároco lança na freguesia para verificar eventuais impedimentos. Devem ser em número de três, em dias santos.

Banqueta primeiro degrau acima da mesa do altar, onde se colocam castiçais com velas de cera, tendo ao centro a cruz.

Barrete de clérigo abóboda formada por quatro triângulos curvilíneos, cujos vértices se encontram num ponto central.

Barroco estilo que floresceu na Europa durante o século XVII, correspondendo historicamente à ação contrarreformista da Igreja Católica. Em Minas Gerais, o Barroco vigorou praticamente durante todo o século XVIII, com o advento do rococó por volta de 1760. Algumas igrejas mineiras apresentam “feição barroco-rococó”, em virtude da interação dos dois estilos na arquitetura e ornamentação.

Batistério local onde, nas igrejas ou capelas, fica a pia de batismo.

Beneficiado titular de benefício eclesiástico.

Benefício ofício eclesiástico ao qual está embutido o direito de gozar o clérigo que nele é provido, durante a sua vida, uma renda eclesiástica, com obrigação de rezar o ofício divino ou outro ministério espiritual. Os benefícios são seculares ou regulares; aqueles são os que pertencem a eclesiásticos não professos em ordem religiosa e estes são os que não podem ser possuídos senão pelos religiosos. Da natureza daqueles são os bispados, as dignidades, os cabidos, os canonicatos, como também os priorados, as vigárias perpétuas e as capelas. Da natureza dos benefícios regulares são as abadias e os ofícios claustrais, que têm uma renda anexa.

Bispo sacerdote do culto sagrado e ministro do governo por instituição divina, considerado sucessor dos apóstolos. Confirmado pelo papa, após a sua provisão pelo rei, para tornar-se bispo é necessário ser presbítero, letrado e doutor em direito canônico. O território de sua jurisdição chama-se diocese ou bispado.

Breviário livro que contém as orações que os eclesiásticos dizem por obrigação cotidiana.

Bula diploma, carta patente, breve ou letra apostólica despachada pela corte em Roma sobre providência ou matéria eclesiástica.

Cabido corporação de eclesiásticos que servem em uma catedral (bispado).

Caixotão vão, geralmente quadrado e artesoado, com moldura simples ou em ornatos de relevo, entre o madeiramento de sustentação de tetos.

Câmara órgão que tem funções administrativas e de Justiça de primeira instância nas cidades ou vilas e seu termo. Cabe à Câmara cuidar da fixação e fiscalização de posturas, de regimentos de ofícios mecânicos e dos padrões das unidades de medida; executar obras públicas; zelar pelo abastecimento; cuidar da saúde e da ordem pública; cuidar das crianças abandonadas; e organizar as principais festas religiosas (normalmente as de Corpus Christi, do anjo Custódio e as ladainhas de maio), os festejos públicos relacionados com eventos na família real (nascimentos, matrimônios, exéquias) e a entrada de governador ou bispo. Tem como prerrogativa a representação direta à Coroa e ao Desembargo do Paço sobre assuntos de interesse público.

Camarim vão, por cima ou na parte interna do altar-mor ou altares laterais ou do arco-cruzeiro, onde se arma o trono para exposição do Santíssimo ou da imagem de um santo. É chamado também de tribuna do trono.

Camarista membro da Câmara. É eleito trienalmente dentre os homens bons, distribuídos em três listas de rodízio de cargos, sorteadas anualmente para o exercício do mandato. Cada lista compreende dois juízes ordinários, que se alternam mensalmente na presidência, três vereadores, um procurador, com direito a voto. Nos locais em que há juízes de fora, compõem-se os camaristas de presidente, cargo ocupado por este juiz, três vereadores, um procurador. Além disso, há dois cargos de almotacé e, em algumas localidades, um síndico, ou advogado.

Campa peça superior das sepulturas rasas, de pedra, tábuas ou outro material. Frequentemente, forma parte do piso das igrejas antigas, onde se faziam sepultamentos.

Cancelo grade nobre, em balaústres torneados ou trabalhados em talha, que separa a capela-mor do corpo da nave ou esta dos altares laterais. Costuma-se falar, de modo mais simples, em “grade de separação” ou “balaustrada de separação”.

Cantaria obra de pedra aparelhada, geralmente usada nos elementos ou partes mais nobres das construções.

Capela edifício ou cômodo destinado ao culto religioso privado, podendo ser particular (como em fazendas) ou coletivo (como hospitais e prisões). Não podendo ser sede de

paróquia, nela se permite celebrar missa, com licença do ordinário. É mantida pela sua própria comunidade de fiéis.

Capela curada capela que está servida por um cura (sacerdote auxiliar do pároco), com território desmembrado da paróquia e autonomia no exercício das funções pastorais.

Capela de missas encargo pio estipulado por um instituidor que vincula o rendimento de determinados bens e benefícios a uma capela em troca de certo número de missas. A distinção entre capela e morgado assenta-se no caráter fixo ou variável dos dois componentes dos rendimentos dos bens vinculados: a remuneração dos administradores e os gastos com encargos pios. Nas capelas, o primeiro é fixo e o segundo é variável; nos morgados, o primeiro é variável e o segundo é fixo.

Capela filial capela subordinada à jurisdição eclesiástica de uma paróquia.

Capela-mor capela principal, onde fica o altar-mor de uma igreja.

Capelão 1. sacerdote auxiliar encarregado do cuidado pastoral em uma comunidade de fiéis (hospitais, quartéis, cárceres) ou capela. Exerce o seu ofício no mesmo território do pároco, sendo a ele subordinado. 2. sacerdote que em uma igreja paroquial tem o encargo do coro e outras funções sacras.

Carnação pintura cor de carne aplicada na parte desnuda do corpo das imagens. Nesse processo, a pintura era geralmente feita a óleo e polida. Opõe-se ao estofamento a têmpera, técnica empregada para pintura dos demais elementos da imagem, como vestuário, barbas, cabelos etc.

Carta denominava-se antigamente o papel contendo a impressão de estampas ou imagens religiosas. A expressão cartas de flandres se referia às gravuras religiosas provenientes dos chamados Países Baixos.

Círio 1. festa de romaria para se levar o círio a algum santo. 2. vela de cera que se põe sobre um castiçal e se acende nas cerimônias litúrgicas.

Clérigo todo fiel que entra para o estado clerical mediante a ordenação sagrada. Recebida a primeira tonsura, o clérigo pode gradativamente ascender das ordens menores (ostiário, leitor, exorcista e acólito) para as maiores (subdiácono, diácono e presbítero), quando se torna ministro e pode atingir o grau de bispo.

Colaço em direito canônico, prerrogativa que um colator tem de conferir benefício vago a uma pessoa ou o ato pelo qual o benefício se confere.

Colada diz-se da sede paroquial provida pelo rei.

Compromisso estatuto de determinada irmandade em que se fixam objetivos da instituição, formas de filiação, estrutura administrativa, forma de eleição, sustentação material e dispêndios. Deve ser aprovado pela autoridade competente, secular ou eclesiástica.

Confraria associação de leigos, de caráter religioso, ereta para incremento do culto público.

Côngrua remuneração anual paga pela Coroa ao clero secular com cargos colados (confirmados), para seu sustento, em virtude do regime de padroado, pelo qual a Coroa recolhe em seu favor os dízimos eclesiásticos e, em troca, arca com as despesas com os sacerdotes e o culto divino.

Conhecença dízimo pessoal do fiel a seu respectivo pároco pelo serviço pastoral. É aplicado sobre todos os seus ganhos, em função de qualquer negócio, serviço ou ofício, mesmo fora da respectiva paróquia, por ocasião da desobriga pascal. Destinadas formalmente ao sustento dos párocos encomendados, que não têm direito às côngruas, na prática também os párocos colados recebem as conhecenças.

Consistório sala de reunião dos religiosos, dentro da igreja, geralmente no piso superior à sacristia.

Constituição sinodal coleção de leis ou regulamentos aplicados a uma diocese, de acordo com os cânones, a disciplina eclesiástica, as leis civis e os costumes do reino.

Coro balcão situado por cima da porta central de entrada da igreja, destinado a abrigar os cantores em cerimônias religiosas.

Coroa parte da cabeça raspada, distintiva do sacerdócio.

Correição visita anual feita por autoridade civil ou eclesiástica com poderes judiciários, acompanhado de seus oficiais, dentro dos limites de sua jurisdição e regimento, para controle, devassa e punição de crimes.

Coxia espaço compreendido entre as paredes laterais da nave e as fileiras formadas pelos bancos, delimitado geralmente por balaustradas ou cancelos.

Credencia pequena mesa ao pé do altar onde se colocam as galhetas, o cálice e outros acessórios da missa.

Cura sacerdote que auxilia o pároco ou exerce seu ofício nas capelas curadas. O termo também é comumente utilizado como sinônimo de pároco.

Curato igreja que tem o benefício do ofício de cura, cujo titular tem a seu cargo certo número de fiéis dentro da extensão da paróquia.

Desobriga cumprimento do preceito segundo o qual todo cristão deve confessar-se e comungar ao menos uma vez por ano, geralmente durante a Quaresma.

Desobrigar cumprir a desobriga.

Devassa processo judicial secular ou eclesiástico sobre delito ou crime, visando à definição dos fatos, à punição dos culpados e à manutenção da ordem pública. Pode ser geral ou especial. Aquela é a que se tira sobre delito incerto; esta a que, supondo a existência do delito, só se dirige a indagar o agressor.

Diácono clérigo que recebe o segundo grau de sacramento das ordens maiores, tornando-se ministro sagrado e podendo exercer o ministério diaconal, mas não o sacerdotal, o qual poderá exercer ao tornar-se presbítero e, posteriormente, bispo. Sua missão é ler e pregar os evangelhos e auxiliar o sacerdote nos sacramentos.

Dignidade benefício e prerrogativa decorrente de determinados cargos da Igreja. Entre eles há dignidades maiores, que são o papa, os cardeais, os patriarcas, os arcebispos, os bispos e os abades; e dignidades menores, que são os deões, os arcediagos, os arciprestes, os priotes, os chantres, os vigários do coro. No uso ordinário, não se entende por dignidades senão as de segunda classe. Também se refere ao benefício eclesiástico que no coro dá preeminência sobre os que simplesmente são cônegos.

Dízimo tributo cobrado a favor do rei em função de sua condição de grão-mestre da Ordem de Cristo, concedida pela Santa Sé pelos serviços espirituais de difusão da fé católica. Em troca, a Fazenda Real paga as despesas com o culto e a cômputo dos sacerdotes. Os dízimos consistem no pagamento da décima parte da produção dos súditos e colonos. Podem ser reais, quando incidem sobre os produtos agrícolas e da terra; mistos, quando são recolhidos sobre gado, aves, colmeias, produtos de engenhos e outros; e pessoais, quando são recolhidos sobre a renda pessoal, como a proveniente de cargos públicos, comércio ou ofício mecânico. Os dízimos pessoais são pagos diretamente ao clero com o nome de conhecenças.

Dossel armação saliente, em trabalho de talha e com bordas franjadas, que forma como que um pequeno teto incorporado ao camarim de um retábulo. Também chamado de sobrecéu.

Douramento processo de revestimento em ouro, de peças ornamentais, retábulos, imaginária etc.

Encomendado diz-se do sacerdote provido anual e provisoriamente pelo bispo em uma paróquia até que o rei nomeie o pároco perpétuo.

Endoenças cerimônias litúrgicas da Quinta-feira da Paixão.

Enxota-cães funcionário eclesiástico que, nas igrejas, enxota os cães para a rua.

Epístola (lado da) lado direito do interior da igreja, visto da entrada principal em direção ao altar-mor.

Ermida igreja pequena que não tem jurisdição paroquial.

Ermitão fiel leigo que cuida de uma ermida; mesmo não sendo religioso, usa vestimenta própria.

Escudo na ornamentação de igrejas, peça onde se gravam os símbolos religiosos alusivos a determinado santo ou ordem. O escudo aparece geralmente em portadas, eixo da volta do arco-cruzeiro ou coroamento de retábulo.

Espórtulas 1. esmolos oferecidas ao sacerdote pela celebração da missa ou outras funções litúrgicas, como contribuição ao seu sustento. 2 emolumentos ou direitos em dinheiro que os ministros e oficiais são autorizados a receber das partes em uma causa.

Estatuária a arte de esculpir estátuas ou conjunto de estátuas e, também, a maneira própria de esculpi-las de determinado artista.

Estofamento diz-se do processo de policromia usado para fingir a indumentária de imagens de santos e anjos. Pode consistir na aplicação de pintura sobre o douramento da peça.

Evangelho (lado do) lado esquerdo do interior da igreja, visto da entrada principal em direção ao altar-mor.

Ex-voto quadro pintado ou outro objeto que se oferece e expõe em igrejas e capelas em memória de promessa ou graça alcançada.

Filactério espécie de pergaminho esculpido, desenhado ou pintado, com inscrições bíblicas ou outros dizeres de sentido religioso.

Fita falante inscrição esculpida, desenhada ou pintada, à feição de fita, com dizeres alusivos ao motivo de determinado ornato.

Frontal a parte da frente da mesa do altar, quase sempre revestida de ornamentos.

Frontão espécie de empena que serve para coroar a parte central do frontispício da igreja, quase sempre trabalhada e encimada ao meio por uma cruz.

Frontispício fachada principal da igreja, frontaria.

Glória composição, em talha, escultura ou pintura em que, circundando uma figura central de Deus ou de santos, aparece uma auréola de raios luminosos ou um conjunto de anjos.

Grega ornato composto de uma série de linhas quebradas, formando ângulos retos e que apresentam formas reentrantes, umas nas outras.

Grimpa ornato, geralmente de folha plana de metal, que aparece no remate das torres de igrejas ou outros edifícios, à maneira de cata-vento.

Grinalda ornato em forma de arranjo de folhas ou flores, à maneira de fita disposta verticalmente ou em ligeira curva. O mesmo que festão e guirlanda.

Grotesco pintura ou escultura em que se representam grutas ou em que há ornatos de folhas, caracóis, penhascos, árvores etc. Usa-se também a expressão brutesco.

Homem bom membro da comunidade que atende aos requisitos de: maioria (25 anos completos); independência econômica; e elevado conceito social e chefia de família.

Igreja anual sede paroquial provida anualmente pelo bispo até ser declarada de natureza colativa (ou colada) pelo rei. Cumpre as mesmas funções do culto público, mas seu pároco não recebe o benefício até ser nomeado como perpétuo ou inamovível.

Igreja colada sede paroquial provida pelo rei. Seu pároco ou vigário é colado, com direito a receber a cõngrua e com prerrogativas de inamovibilidade e vitaliciedade.

Ilusionista diz-se da pintura em que os objetos ou figuras adquirem, por efeito de perspectiva, a ilusão de serem reais ou palpáveis.

Imaginária arte de esculpir ou talhar imagens religiosas em madeira ou outros materiais ou o conjunto de imagens que constituem o acervo de uma igreja, museu etc.; também a obra de determinado artista.

Irmandade associação de leigos, de caráter religioso, para culto a um santo ou devoção particular. É irmandade de obrigação quando está sujeita a autoridade eclesiástica ou secular, possui livros de estatutos, estrutura administrativa reconhecida por autoridade competente, rotatividade de cargos estabelecida em eleição, funções definidas e contabilização de receitas e despesas para prestação de contas durante correição. Deve manter um capelão para satisfazer as obrigações da capela da irmandade. A irmandade de devoção direciona-se apenas para o festejo e devoção de seu santo particular, isenta de qualquer formalidade. Irmandade de compromisso tem o mesmo caráter da irmandade de obrigação. Irmandade eclesiástica é fundada e instituída por autoridade e consentimento dos prelados, sujeita a fiscalização e controle de contas por autoridade eclesiástica. Irmandade secular é criada por leigos com alvará de confirmação de compromisso expedido pela Coroa. Sujeita-se ao controle e fiscalização da justiça secular no tocante a problemas administrativos e financeiros, ficando a cargo de eclesiásticos somente os problemas de caráter doutrinário.

Irmãos membros de irmandade ou confraria.

Lambrequim ornato de recorte de madeira ou de lâmina metálica para beira de telhados ou que pende em trabalho de talha recortada de baldaquins, sanefas ou dosséis de retábulos.

Lavabo pequena bacia ou chafariz com uma bica, situado, geralmente, na sacristia ou no corredor que liga esta à capela-mor.

Letra letreiro, inscrição com dizeres de alusão religiosa, geralmente em algum ornato de igreja.

Loio nome que se dá aos cônegos da ordem de São João Evangelista.

Luminária prática de colocar candeias (com azeite ou sebo) de barro, ferro ou latão para iluminação nas fachadas de edifícios públicos e residências, exigida pelas câmaras municipais, no período colonial, sempre que ocorriam festas públicas ou religiosas.

Mármore fingido pintura imitando mármore, usada na madeira de retábulos ou na pedra de cantaria de arcos-cruzeiros, pilastras, paredes etc. O mesmo que faiscado.

Ministro denominação que recebe o auxiliar de sacerdote no altar, obrigatoriamente clérigo de epístola (diácono) ou de evangelho (subdiácono).

Missa conventual missa na igreja, com obrigação de coro, celebrada de acordo com o ofício do dia, com assistência dos coristas. Em sentido estrito, é a missa principal nas matrizes, nos domingos e dias santos de guarda, à qual assiste toda a comunidade religiosa.

Missa do dia missa que corresponde ao ofício de féria ou festa que nela cair.

Mísula ornato em talha de madeira ou cantaria, estreito na parte inferior e largo na superior, que, à maneira do consolo, ressalta de uma superfície, geralmente vertical, para sustentação de imagens ou outras peças. Aparece em retábulos ou paredes.

Moço do coro cantor nas funções litúrgicas.

Monitório cartas emanadas dos juizes eclesiásticos e publicadas nas paróquias, obrigando os fiéis a delatarem fatos relativos aos assuntos contidos nas cartas, sob pena de excomunhão.

Muro-parapeito faixa pintada lateral, geralmente de forma contínua, que delimita, à maneira e com desenho de parapeito ou balaustrada, os grandes painéis de forros em pintura de perspectiva barroca ou rococó. Traz muitas vezes inseridos balcões ou púlpitos com figuras de personagens religiosas.

Nártex espécie de vestíbulo transversal que precede a nave de uma igreja, separada por colunas, gradil ou parede.

Nave parte interna de uma igreja desde a entrada até a capela-mor. Denomina-se nave central quando esse espaço é subdividido por pilares, colunas e arcos. Neste caso, aparecem naves laterais.

Nicho cavidade ou vão em parede, muro, retábulo, arco-cruzeiro etc. para colocação de imagens ou objetos ornamentais.

Nichos externos pequenos nichos ou oratórios presentes nas fachadas ou cunhais esquinados das residências ou de chafarizes vedados por portinholas de madeira ou vidraça, onde se colocavam imagens da devoção de seus moradores.

Obra pia 1. missa, aniversário, ornamento e demais coisas pertencentes ao culto divino
2. toda obra de misericórdia, como curar enfermos, vestir e alimentar pobres, remir cativos, criar enjeitados, acolher doentes e caminhantes pobres.

Óculo abertura ou janela circular ou elíptica, destinada à passagem de ar ou de luz.

Ogiva perfil formado por dois arcos de círculo que se cruzam de acordo com certo ângulo.

Opa vestimenta eclesiástica, espécie de capa sem mangas utilizada pelos irmãos das confrarias e irmandades em funções litúrgicas.

Oratório móvel religioso, similar a um retábulo, onde são guardadas imagens de devoção. De tamanhos e usos variados, os tipos mais frequentes são os de algibeira, viagem, esmoler, salão e alcova.

Ordinando aquele que vai receber a primeira das ordens menores, a partir de exame feito pelo examinador sinodal. Sendo ordenado, passa a receber benefício eclesiástico.

Órgão instrumento composto de tubos, cujo som é obtido pela introdução de ar através de um fole, acionado mediante pressão exercida sobre um teclado próprio. Em sua forma antiga, recebia seu conjunto ou caixa apurada ornamentação, localizando-se normalmente junto ao coro.

Padre-cura pároco

Padroado direito pelo qual o rei, por concessão papal, como grão-mestre da Ordem de Cristo, tem a prerrogativa de gestão dos negócios espirituais e eclesiásticos, a título de recompensa pela redução de fiéis. Nesse regime, a Coroa recolhe em seu favor os dízimos eclesiásticos e, em troca, arca com as despesas com os sacerdotes e o culto divino, cabendo-lhes a criação de paróquias, a colação de vigários e a nomeação de bispos.

Painel pintura de grandes proporções em tetos e paredes de igrejas, sacristias, consistórios etc. Pode-se falar também em painel em escultura, no caso de baixos relevos em portadas e paredes.

Palma ornato em formato de palma. Palmeta.

Panejamento diz-se da roupagem de figuras pintadas ou esculpidas, com relação às dobras ou ondulações de suas vestes.

Para-vento anteparo de madeira que se coloca, geralmente, atrás da porta principal de uma igreja, entre o vestíbulo e a nave central, para resguardo do vento.

Pároco sacerdote encarregado da administração de uma paróquia, unidade de jurisdição da diocese também chamada freguesia, com igreja destinada ao culto público. Ao pároco está entregue a cura das almas da sua comunidade de fiéis. Utilizam-se os termos vigário e cura como sinônimo de pároco.

Pároco colado sacerdote provido pelo rei, após prestar concurso perante o bispo, para receber o benefício perpétuo e inamovível, ou seja, ser provido perpetuamente para uma paróquia, à qual ficava assim “colado”. O benefício implica o direito de receber cômguas.

Pároco encomendado sacerdote provido anual e provisoriamente pelo bispo até que o rei nomeie o pároco perpétuo. Tem todos os encargos e obrigações do pároco colado, mas sem direito ao benefício, ou seja, ao recebimento da cômgrua, sendo sustentado pelas conhecenças. Também eram providos para as novas paróquias até que o rei as tornasse colativas.

Paroquiar exercer o benefício de pároco.

Partido organização geral de uma edificação religiosa ou civil, forma de distribuição e articulação dos espaços. Por extensão, a distribuição dos cheios e vazios de fachadas.

Pastoral carta escrita pelo bispo para instrução de seus fiéis.

Patriarca 1. expressão que designa o fundador de algumas ordens religiosas; 2. dignidade eclesiástica do mais alto grau da hierarquia episcopal, superior ao arcebispo.

Patrimônio 1. bens necessários para a ordenação e sustentação de um eclesiástico. 2. fundos de uma igreja ou capela.

Pavilhão pano ou cortina com que se cobre o sacrário.

Peanha espécie de pequena peça saliente de paredes, retábulos etc. sobre a qual se colocam imagens, crucifixos, entre outros.

Pelicano ave que, segundo a lenda, abre o próprio peito para dar as entranhas como alimento aos filhotes. Na simbologia ornamental religiosa, representa, por analogia, a instituição da Eucaristia. Trata-se de um dos motivos ornamentais mais usados na talha do primeiro período barroco mineiro.

Pia de água benta – pequeno vaso, comumente em formato de bacia em concha, colocado junto a paredes de igreja, contendo água que recebeu bênção especial e com a qual se aspergem os fiéis.

Plumagem ornato imitando plumagem ou feixes de plumas. Na simbologia cristã, as plumas simbolizam a fé e a contemplação.

Policromia revestimento em pintura ou douramento de talha, imagens etc. em que aparecem duas ou mais cores.

Pontifical livro litúrgico para administração dos sacramentos, bênçãos e outros atos reservados ao bispo. Por extensão, os rendimentos decorrentes dessas funções.

Portada grande porta enquadrada por composição ornamental.

Portal a porta principal ou conjunto de portas principais de uma igreja, geralmente artisticamente trabalhadas.

Pórtico espaço coberto, parcial ou totalmente aberto, formando a entrada e parte central de uma igreja, usualmente com colunas separadas.

Presbitério parte elevada da capela-mor de uma igreja e também denominação que passou a ser dada para a moradia do pároco.

Promotor eclesiástico provido pelo bispo para defender judicialmente a Igreja e seus dogmas e denunciar pecados e irregularidades na execução dos testamentos. Deve ser graduado em Cânones.

Provedor de defuntos e ausentes, resíduos e capelas ministro que deve prover os inventários dos defuntos sem herdeiros na terra de falecimento e tomar conta do seu rendimento e das contas dos testamenteiros, fazer a arrematação dos bens em leilão e tirar devassas. Tem alçada de corregedor nas causas relacionadas aos defuntos e conhece dos agravos que se tiram do juiz de órfãos. Deve também zelar pelo cumprimento de cláusulas testamentárias, pela administração do patrimônio e legados a capelas e obras pias e fiscalizar as contas das irmandades seculares.

Provisor eclesiástico provido pelo bispo para passar cartas de curas, de confessores e de excomunhão; dar licença aos clérigos e a particulares para pedirem esmolas, aos párocos para celebrarem missas. Na ausência do vigário-geral, assume as suas funções. Deve ser graduado em Cânones.

Púlpito tribuna destinada nas igrejas às pregações ou aos sermões do sacerdote. As igrejas mineiras possuem geralmente dois púlpitos: o do lado do Evangelho (à esquerda de quem entra na igreja) e o da Epístola (lado direito). Na função das prédicas, é utilizado apenas o púlpito do lado do Evangelho. O outro parece ter função apenas compositiva ou ornamental.

Recoleto 1. religioso da ordem reformada de São Francisco. 2. religioso de vida austera.

Reconciliar igreja realizar cerimônia em igreja profanada pela efusão de sangue humano feita injuriosamente, pela morte violenta nela ocorrida e pela sepultura de excomungado no local, condição para a celebração do ofício divino novamente.

Resplendor círculo ou auréola com raios de metal, que se põe na cabeça das imagens de santos ou crucifixos, custódias etc.

Retábulo estrutura ornamental, em pedra ou talha de madeira, que se eleva na parte posterior do altar. Às vezes, chamado genericamente de altar.

Roca imagem apresentando apenas, a descoberto, parte do corpo – rosto, busto, braços, mãos – ou, por extensão, meio corpo, ficando o restante da figura revestido de roupagem em pano natural.

Rocalha (rocaille) elemento ornamental, sendo o mais característico a estilização da concha. As rocalhas aparecem geralmente em composições assimétricas, dentro do espírito representativo do estilo rococó.

Rococó estilo ornamental surgido na França durante o reinado de Luiz XV (1710-1774) e caracterizado pelo uso de curvas caprichosas e formas assimétricas e pela delicadeza dos elementos decorativos, sendo seus principais representantes em Minas Gerais o Aleijadinho, na talha, e Athaide, na pintura.

Rol de desobriga lista feita pelos párocos anualmente, após a dominga da Septuagésima e até a dominga da Quinquagésima, com os nomes e sobrenomes dos fregueses e lugares e ruas onde vivem, assinalando-se os que são maiores e devem

confessar-se, os crismados e os ausentes, seguindo-se lista dos que não cumpriram a desobriga. Também conhecida como *rol da quaresma* e *rol dos confessados*.

Saco de batata diz-se da forma anatômica das costas musculosas na escultura ou na talha de anjos e outras figuras.

Sacristia cômodo de uma igreja em que se guardam os paramentos e mais objetos do culto, podendo se localizar ao lado da capela-mor ou atrás desta, sempre com entradas independentes.

Sala-capela interna recinto de uma construção civil em que existe um altar ou oratório, onde são feitas celebrações religiosas.

Sineira – vão onde se colocam os sinos.

Subdiácono clérigo que recebe o primeiro grau de sacramento das ordens maiores, sujeitos a tonsura e a celibato. Como membro de um ministério laico, pode auxiliar os diáconos e os sacerdotes na celebração da missa.

Talha ornamento, em alto ou baixo relevo, feito geralmente de madeira. Por extensão, o conjunto de obras de talha de uma época, igreja ou autor.

Têmpera processo de pintura em que aos pigmentos se associam água, cal e cola, ou às vezes clara de ovo, de modo que essa mistura se torne firme.

Têmporas dias de jejum estabelecidos pelo Papa Gregório VII, em 1078, concebidos como dias de penitência e reconciliação, distribuídos em quatro semanas em cada uma das quatro estações do ano. Os sábados das Têmporas são também dias oficiais de ordenações.

Terracota argila modelada e cozida em forno. Por extensão, a técnica e o objeto obtido.

Tintas e corantes no período colonial, usavam-se materiais locais para produção de tintas. Os corantes eram, comumente, de origem vegetal, predominando o anil, a assafroa, cochonilha, ipê-mulato, pau-de-braúna, sangue-de-drago, urucum etc. As pinturas simples de parede recorriam à cal, à tabatinga, ao gesso e ao alvaiade. Para pintura de peças de madeira, as resinas corantes eram adicionados óleo de linhaça ou mamona e cola de couro.

Título colativo título perpétuo e inamovível.

Transepto galeria transversal que numa igreja separa a nave central da capela-mor, formando os braços da cruz nos templos que apresentam essa disposição.

Tribuna lugar reservado e elevado, com abertura em janelas ou varandas, para assistir às cerimônias religiosas, sendo mais comum sua localização nas laterais da capela-mor.

Trigo ornato em forma de espigas de trigo simbolizando a Eucaristia ou o pão da comunhão.

Trompe l'oeil expressão cujo significado é “ilusão de ótica”. Usualmente utilizada em relação à pintura ilusionista.

Trono espécie de pedestal, colocado no vão da tribuna do trono ou camarim do altar, onde se expõem imagens ou crucifixos. Nas igrejas mineiras do século XVIII, o trono apresenta, comumente, a forma de cântaro ou de degraus.

Uvas ornato em forma de cachos de uva simbolizando o vinho eucarístico ou o sangue de Cristo, muito usado na talha do Barroco Mineiro, sobretudo em sua fase inicial.

Via-Sacra série de 14 quadros que representa as cenas principais da Paixão de Cristo.

Vigário colado sacerdote provido pelo rei, após prestar concurso perante o bispo, para receber o benefício perpétuo e inamovível, ou seja, ser provido perpetuamente para uma vigária, à qual ficava “colado”. O benefício implicava o direito de receber cômguas.

Vigário de vara sacerdote provido pelo bispo para exercer funções judiciárias e representar o prelado no âmbito de sua comarca eclesiástica. Pode tirar devassas, receber denúncias e fazer sumários, enviando-os ao vigário-geral; dar sentenças em causas sumárias; condenar os que trabalham aos domingos e dias santos e fazer autos contra os que usurpam a jurisdição do ordinário e contra as pessoas que, sem licença, tiram esmolas ou celebram missas. Deve ser letrado.

Vigário encomendado [ou de provisão] sacerdote provido anual e provisoriamente pelo bispo até que o rei nomeie o vigário perpétuo. Tem todos os encargos e obrigações do vigário colado, mas sem direito ao benefício, ou seja, ao recebimento da cômputa, sendo sustentado pelas conhecenças. Também é provido para as novas vigárias até que o rei as torne colativas.

Vigário-geral sacerdote provido pelo bispo, funcionário do auditório eclesiástico, devendo ser doutor em Direito Canônico ou bacharel. Cabe-lhe administrar a Justiça eclesiástica, proceder contra os que desrespeitam o Direito Canônico e as constituições, tomar conhecimento das visitas, entre outras atribuições. É auxiliado pelo vigário de vara.

Vinha – ornato em forma de vinha ou folhas de parreira. Representa, na simbologia católica, um emblema do Cristo ou a relação entre Deus e seu povo. Muito usado no Barroco Mineiro, em sua primeira fase.

Visita correição eclesiástica anual feita pelo bispo ou por eclesiástico nomeado, que visava recolher informações sobre os paroquianos, a instrução dos povos, a correção dos abusos e a reforma dos costumes.

Visitador sacerdote provido pelo bispo, membro do auditório eclesiástico. Encarregado de visitar as paróquias para inspecionar e tirar devassas, prover de bens as igrejas. Deve entregar ao bispo o livro da devassa e outros documentos para que seja processada a execução da visita.

Voluta – ornato em forma de espiral, em talha ou escultura em pedra, muito usado na decoração das igrejas mineiras do século XVIII.

Referências

- ALMEIDA, Adriana Mortara. O contexto do visitante na experiência museal: semelhanças e diferenças entre museus de ciência e de arte. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 5, 2005.
- ALVES, Rubem. **O que é religião?** São Paulo; Abril Cultural/Brasiliense, 1984.
- ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. Campinas: Papyrus, 1988.
- ANDRADE, Rodrigo de Mello Franco de. A pintura colonial em Minas Gerais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 18, 1978.
- ANDREONI, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas etc.** [1711]. Introdução e notas de André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. **Memórias históricas do Rio de Janeiro e províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil dedicadas a el-rei o senhor D. João VI**. Rio de Janeiro: Typografia de Silva Porto, 1822. parte II, tomo VIII.
- ÁVILA, Affonso *et al.* **Barroco mineiro**: glossário de arquitetura e ornamentação. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.
- ÁVILA, Affonso. A formação regional e os núcleos urbanos: Campos das Vertentes, formação e pontencial. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v. 7, n. 12, p. 10-20, dez. 1977.
- ÁVILA, Affonso. **Resíduos setecentistas em Minas**. Belo Horizonte: CEM/UFMG, 1967. v. 1.
- ÁVILA, Affonso. O que é o Barroco Mineiro. In: ÁVILA, Affonso *et al.* **Barroco mineiro**: glossário de arquitetura e ornamentação. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.
- AYRES DE CASAL. **Corografia Brasilica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil**. São Paulo: Cultura, 1947. tomo I.
- BARBOSA, Waldemar de A. **Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Saterb, 1971.
- BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, [s.d.].
- BECKHÄUSER, Alberto. **Os fundamentos da Sagrada Liturgia**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**. São Paulo: Ática, 1986.

BOTELHO, Angela Vianna; REIS, Liana Maria. **Dicionário histórico Brasil – Colônia e Império**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BUARQUE, Virgínia A. Castro. A especificidade do religioso: um diálogo entre historiografia e teologia. **Projeto História**, São Paulo, n. 37, p. 53-64, dez. 2008. p. 62.

BURTON, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. **O clero secular em minas Gerais: (1745-1792) sua participação na Conjuração Mineira**. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **Introdução ao Barroco Mineiro: cultura barroca e manifestações do rococó em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Irmandades mineiras e missas. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 15, p. 19-27, mar/1996.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Mecenato leigo e diocesano nas Minas Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Piedade barroca, obras artísticas e armações efêmeras: as irmandades do Senhor dos Passos em Minas Gerais. In: COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 6., Rio de Janeiro, 1-2 out. 2003. **Anais...** Rio de Janeiro: CBHA/PUC-Rio/UERJ/UFRJ, 2004. v. 1.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. **A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes, 1810/1844**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

CARTA AOS OFICIAIS DA CÂMARA. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, v. 6, 1901.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, Meynardo Rocha de. A cruz e a religiosidade popular no Brasil Colônia. **Boletim do CEIB**, Belo Horizonte, v. 10, n. 34, jul. 2006.

CARVALHO, Meynardo Rocha de. **O beijo e a santa**: devoção e sociabilidade nas Minas do século XVIII. Disponível em: <<http://www.descubraminas.com.br/Upload/Biblioteca/0000113.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

CASTAGNA, Paulo. A procissão do enterro: uma cerimônia pré-tridentina na América Portuguesa. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

CHUVA, Márcia Romeiro; PINHEIRO, Maria de Fátima P. (Org.). **Sítio histórico de Tiradentes**: guia bibliográfico. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

IPHAN. **Cidades históricas; inventário e pesquisa**. Projeto Piloto Tiradentes. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

CÓDICE COSTA MATOSO. **Coleção de Notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

COELHO, Beatriz (Org.). **Devoção e arte**: imaginária religiosa em Minas Gerais. São Paulo: Edusp, 2005.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

DAMASCENO, Sueli. **Glossário de bens imóveis**. Ouro Preto: Instituto de Arte e Cultura/UFOP, 1987.

DIAS, Renato da Silva. Entre a cruz e a espada: religião, política e controle social nas Minas do Ouro (1693-1745). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 155-175, jan./jun. 2010.

DINIZ, Sílvio Gabriel. Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII. **Revista Kriterion**, Belo Horizonte, n. 47-48, p. 181-198, jan./jun. 1959.

DIVISAS PRIMITIVAS DE MARIANA E VILA DE SÃO JOSÉ (DOCUMENTOS DIVERSOS). **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, v. 5, jan./jun. 1990.

DOTRO, Ricardo Pascual; HELDER, Geraldo Garcia. **Dicionário de Liturgia**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ECO, Umberto. **Arte e beleza na estética medieval**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludvig von. **Pluto Brasilienses**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. 2 v.

EVANGELISTA, Adriana Sampaio. Santos e devoção: o culto às imagens. **Imagem Brasileira**, Centro de Estudos da Imaginária Brasileira, Belo Horizonte, n. 3, p. 11-19, 2006.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour L'histoire**. Paris: Armand Colin, 1953.

FERRAND, Paul. **O ouro em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar**: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. 2. ed. Brasília: CAPES/Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

FONTES, Lucy Gonçalves. Relação das coleções de documentos dos séculos XVIII e XIX existentes na cidade de Tiradentes. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, mar. 1977.

FR. FRANCISCO DA CONCEIÇÃO. **Director instruído ou breve resumo da mystica theologia para instrucção dos directores que carecem da necessaria; e principalmente dos Parochos que de justiça, e obrigação do ministerio devem ser e saber ser directores...** Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1779.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo; MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de C. **São João del Rei e Tiradentes**. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: Embratur, 1978.

FRANCO JÚNIOR, Hilário Franco. Introdução. In: VARAZZE, Jacopo. **Legenda áurea**: vida de santos. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica de Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

FROTA, Lélia Coelho. **Tiradentes**: retrato de uma cidade. Rio de Janeiro: Campos Gerais/Fundação Rodrigo de Mello Franco de Andrade, 1993.

FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope**: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. Desfilar: a procissão barroca. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v. 17, n. 33, p. 251-279, 1997.

GIOVANNINI JÚNIOR, Oswaldo. **Cidade presépio em tempos de paixão**: patrimônio cultural, turismo e religiosidade em Tiradentes. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), Departamento de Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2002.

GUIMARÃES, Fábio Nelson. São João del Rei e São José del Rei. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, v. XVIII, 1981.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, jul./dez. 2007.

HALFELD, H. G. F.; TSCHODI, J. J. von. **A província brasileira de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KALIFA, Dominique. Représentations et pratiques. In: DELACROIX, Christian *et al.* **Historiographies: concepts e débats**. Paris: Gallimard, 2010.

LAET, Carlos de. **Em Minas: viagens, literatura, filosofia**. Rio de Janeiro: Cunha & Irmãos, 1894.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A Capitania das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

LIMA VAZ, Henrique C. de. A cultura e seus fins. **Revista Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, CES/ Edições Loyola, v. 19, n. 57, p. 149-159, 1992.

LESAGE, Robert. **Objets et habits liturgiques**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1958.

MACHADO, Simão Ferreira. Triunfo Eucharístico. Lisboa, 1734. In: ÁVILA, Affonso. **Resíduos Seiscentistas em Minas**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967. v. 1.

MAIA, Pedro A. **Peregrinos da Santíssima Trindade**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: MEC/IPHAN, 1974.

MAZUREL, Hervê. Histoire des sensibilités. In: DELACROIX, Christian *et al.* **Historiographies: concepts e débats**. Paris: Gallimard, 2010.

MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. Companhia das Letras, 1997.

MOURÃO, Paulo Kruger Correa. **As igrejas setecentistas de Minas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1964.

MUNICÍPIO DE TIRADENTES. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, v. 5, 1900.

MUSEU DE ARTE SACRA – Tiradentes/MG. Projeto de Restauração. Século 30
Arquitetura e Restauro, 2009.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. A imaginária sacra em São João del-Rei.
Ontem e hoje. **Boletim do CEIB**, Belo Horizonte, v. 14, n. 45, mar. 2010.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Barroco e Rococó na arquitetura religiosa da
Capitania de Minas Gerais. RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz
Carlos (Org.). **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do
Tempo, 2007.

OLIVEIRA, Ronald Polito. Estudo Introdutório. In: TRINDADE, José da Santíssima,
Dom Frei. **Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**.
Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João
Pinheiro/Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.

PAULA, João Antonio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte:
Autêntica, 2000.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Turismo cultural em Tiradentes**: estudo de
metodologia aplicada. São Paulo: Manole, 2000.

POHL, Johan Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São
Paulo: Edusp, 1976.

ROCHA, José Joaquim. **Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais**.
Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais.
Memória histórica da Capitania de Minas Gerais/José Joaquim da Rocha; estudo crítico:
Maria Efigênia Lage de Resende; transcrição e colação de textos: Maria Efigênia Lage
de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro
de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. **Dicionário Histórico das Minas
Gerais**. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte:
Itatiaia, 1998.

RUSSEL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**.
Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações religiosas no ciclo do ouro**. Belo Horizonte:
Universidade de Minas Gerais, 1963.

SANTANNA, Luiz Alberto Sciamarella. A história do mental de Lucien Febvre: a iconografia revela a sensibilidade religiosa. **Projeto História**, São Paulo, n. 37, p. 41-52, dez. 2008.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Características específicas e escultores identificados. In: COELHO, Beatriz (Org.). **Devoção e arte**: imaginária religiosa em Minas Gerais. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Capitão Manoel Dias de Oliveira. *1º Encontro de Musicologia Histórica - 5º Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga*. Juiz de Fora, Centro Cultural Pró-Música de Juiz de Fora, 1994, p. 54-61.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Cruzes das fachadas das casas. **Inconfidências**, Tiradentes, Sociedade Amigos de Tiradentes, n. 40, p. 6, 1999.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Festa do Bom Jesus da Pobreza e de Nossa Senhora das Mercês. **Inconfidências**, Tiradentes, Sociedade Amigos de Tiradentes, n. 1 (8), 1996.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. **Guia da cidade de Tiradentes, antiga São José do Rio das Mortes**. Tiradentes: [s.n.], 1978.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. **A Matriz de Santo Antônio de Tiradentes**. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2011.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Manoel Victor de Jesus, pintor mineiro do ciclo Rococó. **Barroco**, Belo Horizonte, n. 12, p. 231-242, 1978.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Pintores mulatos do ciclo Rococó Mineiro. In: ARAÚJO, Emanuel (Org.). **A mão afro-brasileira**: significado da contribuição artística e histórica. São Paulo: Tenenge, 1988.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Razoura, farricocos e varapaus nos rituais da velha Tiradentes. **Estado de Minas**, Caderno de Turismo, 19 mar. 1982.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Santíssima Trindade e seu soleníssimo Jubileu na terra de Tiradentes. **Estado de Minas**, Caderno Turismo, 8 jun. 1979.

SILVA, Antônio de Moraes e. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto**: Estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVEIRA, Marco Antônio. Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na Capitania de Minas de Gerais (1709-1763). In: CHAVES, Claudia M. das Graças; SILVEIRA, Marco A. (Org.). **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argymentum; Brasília: Capes, 2007.

SILVEIRA, Marco Antônio. Sociedade. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. **Dicionário Histórico das Minas Gerais**. 2 ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVEIRA, Victor (Org.). **Minas Gerais em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

SOUZA, Daniela dos Santos. **Devoção e identidade: o culto de Nossa Senhora dos Remédios na Irmandade do Rosário de São João del-Rei – séculos XVIII e XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de rei congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SPHAN. **Promessa e milagre no Santuário Bom Jesus de Matozinhos**. Brasília, Publicações do SPHAN, n. 34, 1981.

SPIX, J. V. von; MARTIUS, C. F. P. von. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

TOMÁS, Facundo. **Escrito, pintado: dialéctica entre escritura e imágenes en la conformación del pensamiento europeo**. Madrid: A. Machado, 2005.

TRINDADE, Cônego Raimundo Trindade. **Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana**. Rio de Janeiro: SPHAN/Ministério da Educação e Saúde, 1945.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. **Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro/Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 57, p. 28-37, mar./maio 2003.

VARAZZE, Jacopo. **Legenda áurea: vida de santos**. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica de Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VASCONCELLOS, Diogo de. **História da civilização mineira**. Belo Horizonte: Apolo, 1935.

VASCONCELLOS, Sylvio de. A arquitetura colonial mineira. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 1., Belo Horizonte, 1957. **Anais...** Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1957.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vida e obra de Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho**. São Paulo: Companhia Editora Nacional/MEC, 1979.

VEIGA, José Xavier da. **Efemérides Mineiras**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/Fundação João Pinheiro, 1998.

VELLOSO, Herculano. **Ligeiras memórias sobre a Vila de São José nos tempos coloniais**. São João del Rei: Typographia S. José, 1919.

VILLALTA, Luiz Carlos. A Igreja, a sociedade e o clero. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). **As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.